

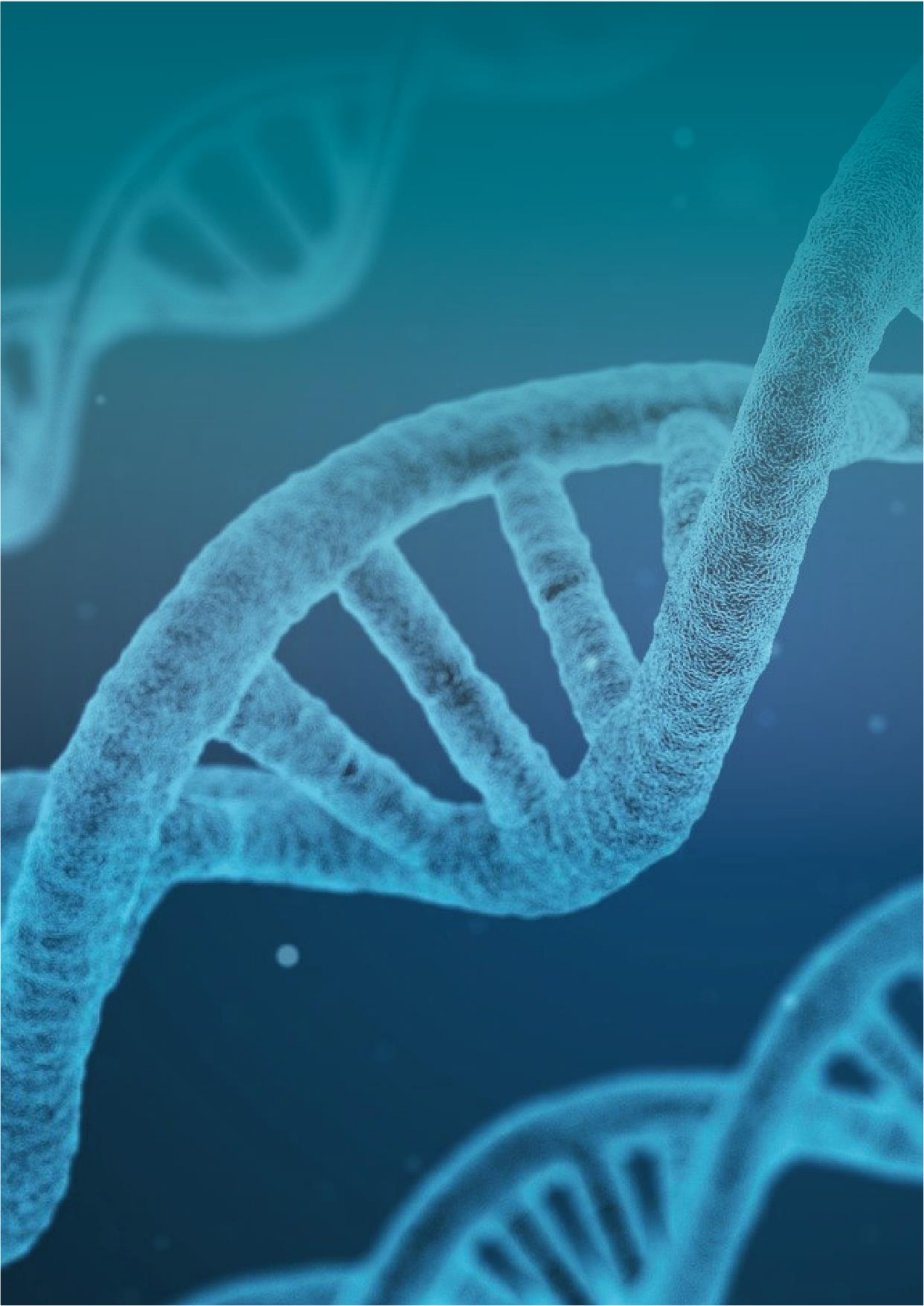


Planicare

A planear a sua saúde

RELATÓRIO SOBRE A SOLVÊNCIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA 2021

PLANICARE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.





Planicare

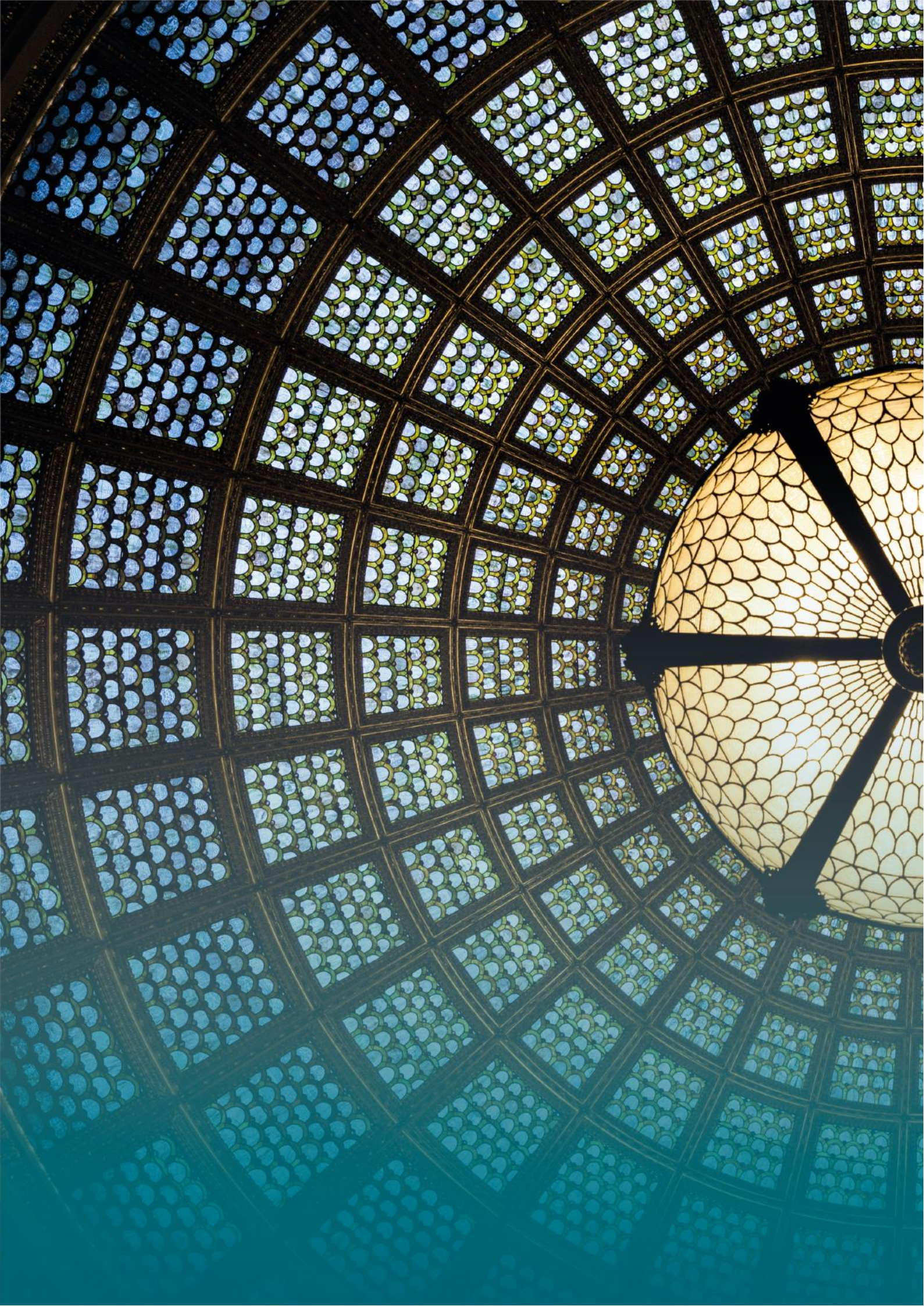
A planear a sua saúde

**A PLANEAR
A SUA SAÚDE**

ÍNDICE

SÍNTESE	08
A. ATIVIDADES E DESEMPENHO	19
A.1 ATIVIDADES	20
A.2 DESEMPENHO DA SUBSCRIÇÃO	22
A.3 DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS	29
A.4 DESEMPENHO DE OUTRAS ATIVIDADES	29
A.5 EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS	29
B. SISTEMA DE GOVERNAÇÃO	31
B.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O SISTEMA DE GOVERNAÇÃO	32
B.2 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO E IDONEIDADE	43
B.3 SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCOS COM INCLUSÃO DA AUTOAVALIAÇÃO DO RISCO E DA SOLVÊNCIA	44
B.4 SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	53
B.5 FUNÇÃO DE AUDITORIA INTERNA	55
B.6 FUNÇÃO ATUARIAL	55
B.7 SUBCONTRATAÇÃO	56
B.8 EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS	57
C. PERFIL DE RISCO	60
C.1 RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS	61
C.2 RISCO DE MERCADO	62
C.3 RISCO DE CRÉDITO	63
C.4 RISCO DE LIQUIDEZ	63
C.5 RISCO OPERACIONAL	64
C.6 OUTROS RISCOS MATERIAIS	64
C.7 EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS	65
D. AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA	67
D.1 ATIVOS	68

D.2	PROVISÕES TÉCNICAS	71
D.3	OUTRAS RESPONSABILIDADES	74
D.4	MÉTODOS ALTERNATIVOS DE AVALIAÇÃO	75
D.5	EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS	75
E.	GESTÃO DO CAPITAL	77
E.1	FUNDOS PRÓPRIOS	78
E.2	REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA E REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO	80
E.3	UTILIZAÇÃO DO SUBMÓDULO DE RISCO ACIONISTA BASEADO NA DURAÇÃO PARA CALCULAR O REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA	82
E.4	DIFERENÇAS ENTRE A FÓRMULA-PADRÃO E QUALQUER MODELO INTERNO UTILIZADO	83
E.5	INCUMPRIMENTO DO REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO E INCUMPRIMENTO DO REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA	83
E.6	EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS	83
F.	ANEXOS	86
1.	MODELOS QUANTITATIVOS	87
2.	CERTIFICAÇÃO PELO ATUÁRIO RESPONSÁVEL	97
3.	CERTIFICAÇÃO PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	102





01 SÍNTESE

01 SÍNTESE

O presente documento constitui o Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira da Planicare – Companhia de Seguros, S.A. (“Planicare” ou “Companhia”), relativamente ao ano de 2021, tendo sido produzido, aprovado e certificado e sendo divulgado nos termos dos artigos 81.º, números 5 e 6, e 83.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, constante do Anexo I à Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro (“RJASR”), dos artigos 290.º a 303.º do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014 (“Regulamento Delegado 2015/35”), dos artigos 1.º a 4.º, 6.º e 7.º do Regulamento de Execução (UE) 2015/2452 da Comissão, de 2 de dezembro de 2015 (“Regulamento de Execução 2015/2452”), dos artigos 3.º a 9.º e 13.º da Norma Regulamentar da ASF n.º 2/2017-R, de 24 de março (“Norma Regulamentar 2-2017-R”), do artigo 26.º, alínea a), da Norma Regulamentar da ASF n.º 8/2016-R, de 16 de agosto.

O artigo 83.º do RJASR exige que as empresas de seguros divulguem publicamente um relatório anual sobre a sua solvência e situação financeira, tendo como objeto de análise informação qualitativa e quantitativa.

A informação quantitativa a divulgar em conjunto com este relatório encontra-se prevista no artigo 4.º do Regulamento de Execução 2015/2452. Por sua vez, o objeto da informação qualitativa encontra-se previsto no capítulo XII do Título I do Regulamento Delegado 2015/35.

Considerando o n.º 2 do artigo 292.º do Regulamento Delegado 2015/35, os cinco capítulos desta Síntese representam um resumo daquilo que será explicitado ao longo do presente Relatório.

A. Atividade e desempenho

Quase oito décadas depois a Europa volta ser palco de conflito armado.

Além das trágicas perdas de vidas e sofrimento humano, estima-se que o conflito provoque mais de 4 milhões de refugiados.

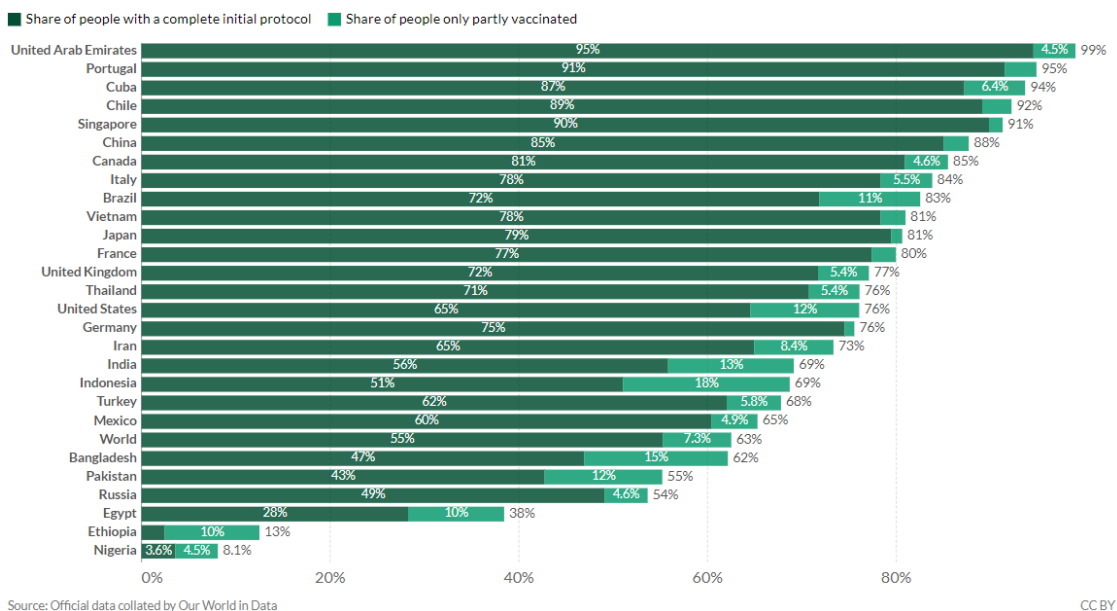
Este conflito vem acentuar a incerteza, resultando desde já, e de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) uma certeza, “as consequências económicas são já muito graves”.

A posição da Rússia permanece indiferente aos apelos bem como ao conjunto de sanções sem precedentes que a Comunidade Internacional tem vindo a aplicar.

O FMI sublinha ainda que “as sanções à Rússia terão um impacto substancial na economia global e nos mercados financeiros, com repercussões significativas para outros países”.

Após dois anos, período durante o qual a sociedade se viu envolvida numa luta contra um inimigo invisível, eis que se depara com um conflito armado com contornos e consequências muito imprevisíveis.

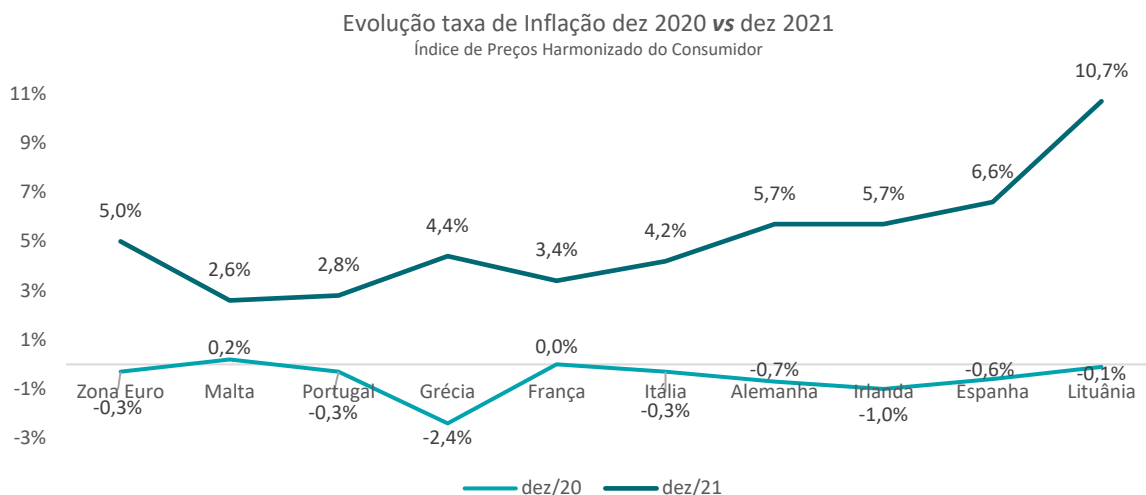
Observava-se uma recuperação assimétrica, decorrente não só pela forma diferenciada como foi efetuado o combate à pandemia (nomeadamente ao nível do ritmo do processo de vacinação) mas também pela enorme divergência entre a oferta e a procura que o pós-confinamento evidenciou aliado à alteração de alguns padrões de consumo.



Fonte: <https://ourworldindata.org/>, fevereiro 2022

Este desequilíbrio global entre a oferta e a procura, ainda de acordo com o FMI, provocou em 2021 um decréscimo no crescimento económico de 0,5 p.p. e um aumento da inflação em 1 p.p.

Esta perturbação conjugada com a subida dos preços da energia e *commodities* têm provocado pressões inflacionárias, como se verifica na evolução da taxa de inflação.

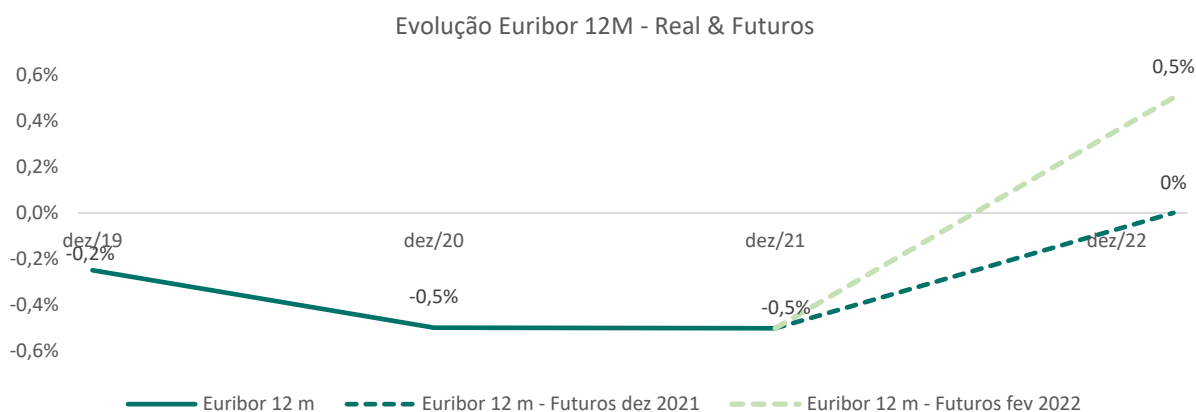


Fonte: Eurostat, Euroindicators - janeiro 2022

A evolução deste indicador tem evidenciado que o comportamento da taxa de inflação poderá não ter caráter transitório, pelo que o acompanhamento da evolução dos preços adquire portanto particular importância, não só pela previsível alteração da política monetária, mas também pelo ritmo a que essa alteração possa vir a ser efetuada.

Aliás, a cotação dos futuros das taxas Euribor no *London International Futures and Options Exchange (LIFFE)* antecipam e refletem este novo paradigma.

No final de 2021, perspetivava-se que o valor da taxa Euribor 12 meses deixasse terreno negativo apenas em fevereiro de 2023, no entanto e volvidos dois meses apenas, esta expectativa alterou-se, esperando que tal venha a suceder já durante o 2.º trimestre de 2022.



Fonte: euribor-rates.eu e observador.pt

Na transição de “pandemia para endemia” abre-se a tão desejada janela de esperança e vislumbra-se um cenário macroeconómico desafiante, algo que o recente conflito armado veio acentuar, nomeadamente ao nível da incerteza.

Em 2021, a Planicare completou o seu segundo completo ano de atividade.

Com início da operação em novembro de 2019, o seu período de atividade praticamente que coincide com o período do surto epidemiológico Covid-19 (SARS-CoV-2).

Este fenómeno da pandemia, com profundos impactos na dimensão humana e no seu modo de vida, consciencializou a sociedade para uma maior preocupação com a saúde e cuidados de prevenção.

A este facto não será alheio o conceito “seguro de saúde” ter sido dos mais pesquisados nos motores de busca da *internet* durante o ano de 2021.

Com efeito, e num contexto manifestamente desafiante, o volume de prémios brutos emitidos de seguro direto (PBE) líquidos de estornos e anulações da Planicare ascendeu a 6.281.985 euros, ou seja praticamente que triplicou relativamente a 2020 (2.313.852 euros).

Por seu lado, o resultado líquido situou-se no limiar de 1 milhão de euros (971.153 euros), o que representa um acréscimo superior a 800 milhares de euros comparativamente ao ano de 2020 (155.388 euros).



No final de 2021, o excesso de ativo sobre o passivo da Planicare aumentou aproximadamente 1 milhão de euros, situando-se aproximadamente em 5,5 milhões de euros, tendo a Companhia no seu quadro 14 colaboradores, quando no ano anterior registava 12 colaboradores.

A rubrica custos com sinistros registou em 2021 o valor de 2.624.678 de euros, que compara com o valor de 690.869 euros de 2020.

O rácio de sinistralidade entre 2021 e 2020 regista um aumento de cerca de 14p.p. situando-se em aproximadamente 50%.

Não obstante o incremento do rácio de sinistralidade, em 2021, o rácio combinado líquido de resseguro registou uma melhoria de 14 p.p., reduzindo de 89% em 2020 para 75% em 2021.

B. Sistema de governação

De acordo com o disposto no artigo 278.º, números 1, alínea a), e 3, do Código das Sociedades Comerciais, a administração e a fiscalização da Planicare estruturam-se segundo o modelo “clássico”, compreendendo um Conselho de Administração (que delegou a gestão corrente da Planicare numa Comissão Executiva), um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas.

O atual Conselho de Administração é composto por cinco administradores: um Presidente, um Vice-Presidente e três vogais. Em 31 de dezembro de 2021, a Comissão Executiva era constituída por três membros.

Existem várias áreas e comités específicos que asseguram a segregação entre as áreas de negócio e as áreas de operações. Em dezembro de 2021, os comités existentes são:

- Comité de Risco
- Comité de Produto

Por sua vez, o quadro de governação inclui, entre outros, as quatro funções-chave de controlo: Gestão de Riscos, Auditoria Interna, Verificação do Cumprimento e Jurídica e Atuarial.

A *framework* de gestão de risco e controlo interno representa um fator fundamental na gestão e controlo eficaz e eficiente dos riscos a que a Planicare se encontra exposta no seu negócio e nas suas operações. No que respeita à Planicare, o Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno assenta em quatro componentes principais: Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Procedimentos de Controlo e Avaliação Independente.

A companhia possui uma Política de Gestão de Riscos e uma Política de Controlo Interno com o propósito de apoiar e fundamentar o processo de tomada de decisão, sendo capaz de potenciar, tanto no curto como no longo prazo, a capacidade de a Planicare gerir os riscos a que está exposta.

A função de Verificação do Cumprimento e Jurídica é uma função independente, que deverá assegurar que a Companhia cumpre as leis, regulamentos, regras internas e políticas, bem como os padrões éticos relevantes para a integridade.

A função de auditoria interna não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa a outras funções da Companhia, sendo exercida de forma objetiva e independente das funções operacionais.

A função atuarial - independente em termos funcionais - é subcontratada, reportando, no entanto, diretamente à Comissão Executiva da Companhia. Não obstante a subcontratação, a Companhia dispõe de recursos internos que garantem o *Know How* desta função.

A Companhia aprovou uma Política de Subcontratação, que estabelece os procedimentos e regras a observar pela Planicare quanto à subcontratação de funções ou atividades de seguro, em que o prestador de serviços realiza, diretamente ou mediante nova subcontratação, um processo, serviço ou atividade que de outra forma seria realizado pela própria empresa de seguros ou de resseguros.

O objetivo da Função de Risco passa pela identificação, avaliação, mitigação e monitorização dos riscos a que a

Planicare se encontra exposta, garantindo o conhecimento necessário para o seu controlo, através da implementação complementar do sistema de controlo interno. O Sistema de Gestão de Risco compreende a execução de um processo global e integrado: Identificação de Riscos, Definição de Indicadores de Risco, Avaliação de Riscos, Definição de Perfil Risco, Execução do Processo ORSA (autoavaliação do risco e da solvência) e Desenho de Planos de Resposta.

No âmbito do Sistema de Gestão de Risco, destaca-se o processo de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA). No ano de 2021, a Planicare elaborou o seu segundo exercício ORSA, perfilando-se como um suporte essencial nas decisões estratégicas, na definição dos níveis de apetite e tolerância ao risco e suporte na definição do plano de negócios da Companhia.

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte dentro da Planicare, os diferentes tipos de risco serão agrupados em:

- risco específico de seguros
- risco de mercado
- risco de incumprimento pela contraparte
- risco operacional
- outros riscos

O sistema de controlo interno da Planicare institui o recurso a controlos como um meio para mitigar o risco ou eventos de risco cujo impacto poderá colocar em causa a atividade da Planicare, sobretudo no caso daqueles situados acima do apetite ao risco definido. De forma a operacionalizar o modelo de controlo interno e, assim, garantir a eficácia do eventual recurso a controlos, é desenhado o processo global de controlo interno, que compreende as fases de caracterização, implementação, monitorização e avaliação de controlos.

C. Perfil de Risco

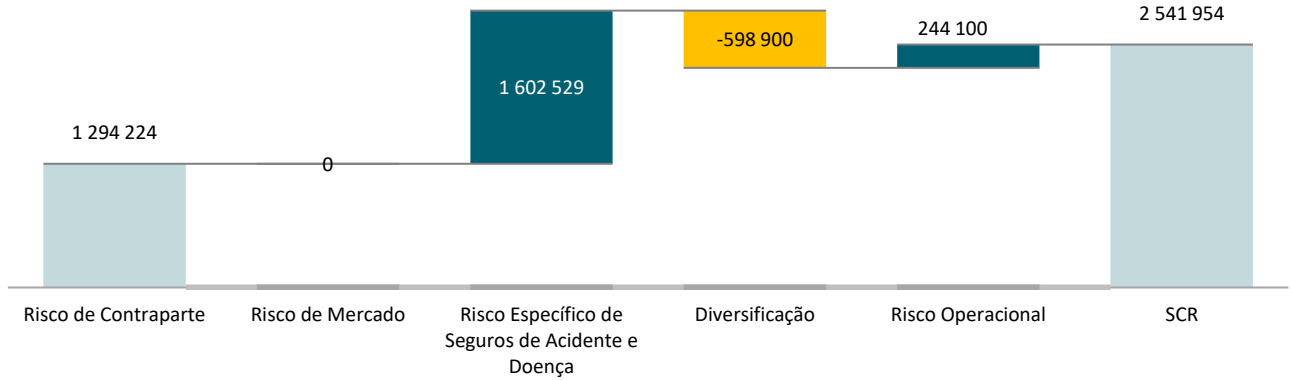
A identificação dos principais riscos a que a Companhia se encontra exposta, bem como a sua avaliação, gestão e monitorização é essencial no sistema de gestão de risco. Este permite não apenas apoiar o processo de identificação dos testes de esforço a efetuar (*stress tests*), mas também contribuir para o processo de avaliação do perfil de risco da Companhia, tendo em consideração o processo de identificação e avaliação do tipo e da amplitude dos riscos existentes.

A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula (liquidez, estratégico, reputacional, riscos emergentes), a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Assim, o requisito de capital de solvência (SCR) da Planicare, a 31 de dezembro de 2021, é o seguinte:

Informação quantitativa do SCR por módulo de risco 2021

valores em euros

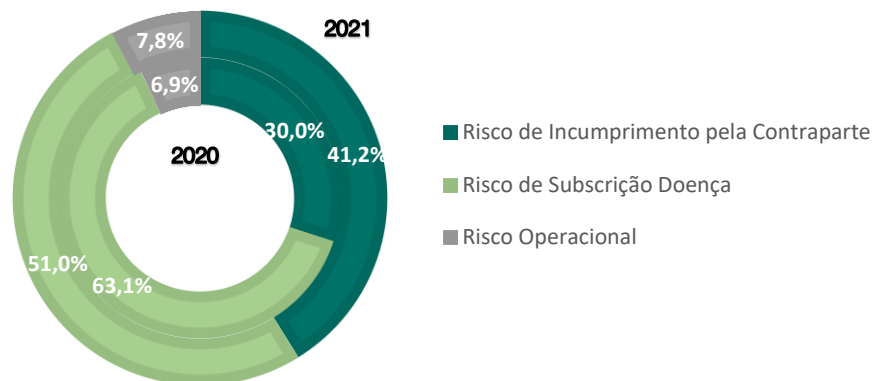


No quadro seguinte observa-se a evolução do requisito de capital de solvência (SCR) da Planicare, entre 2020 e 2021, bem como a evolução em termos de ponderação:

Submódulo	Valor em Euros		Ponderação	
	2021	2020	2021	2020
Risco de Mercado	0	0	0,0%	0,0%
Risco de Incumprimento pela Contraparte	1 294 224	495 805	41,2%	30,0%
Risco de Subscrição Doença	1 602 529	1 041 648	51,0%	63,1%
Risco Operacional	244 100	114 266	7,8%	6,9%

Em resultado do crescimento do volume de Prémios, a Planicare, a 31 de dezembro de 2021, encontra-se maioritariamente (51%) exposta ao risco de subscrição doença. Este submódulo de risco, comparativamente ao ano de 2020, continua a ser o mais representativo embora com menor peso relativo.

O referido aumento do volume de prémios e, por conseguinte, o aumento da exposição impacta positivamente no submódulo risco de Incumprimento pela Contraparte, tendo em consideração, tal como descrito na Política de Investimentos, o facto de a Companhia privilegiar a Liquidez com a aplicação dos valores em depósitos à ordem.



Com efeito, o Risco Específico de Seguros de Acidente e Doença permanece como o módulo de risco com maior ponderação relativa (51%) tendo-se quantificado em 1,6 milhões de euros. A exposição a este risco decorre do aumento do volume de prémios em carteira e da perspetiva de crescimento da Companhia.

No seguimento do definido na Política de Gestão de Risco, o perfil de risco da Companhia, encontra-se dentro dos limites definidos:

Basic SCR - Limites de tolerância por submódulo		
]Mínimo	Máximo[
Risco de Mercado	0%	5%
Risco de Incumprimento pela Contraparte	35%	45%
Risco de Subscrição Doença	45%	60%
Risco Operacional	5%	15%

Verifica-se que os limites de tolerância ao risco por submódulo são cumpridos, sendo que no submódulo Risco de Incumprimento pela Contraparte se situa no limite superior, podendo ainda ser otimizado pela realocação de depósitos por entidades com melhor classificação de *rating*.

A Companhia não reconhece qualquer ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos.

D. Avaliação para efeitos de solvência

O justo valor é a principal metodologia de avaliação do balanço de Solvência II, que é o valor pelo qual um ativo poderia ser trocado, um passivo liquidado ou um instrumento de património concedido trocado entre partes conhecedoras e com interesse no negócio, numa transação em condições normais de mercado.

As diferenças de avaliação mais significativas são:

- Os passivos de seguros bem como os recuperáveis de resseguros nos passivos têm uma metodologia própria no regime de Solvência II. Desta metodologia resulta um valor diferente de passivos de seguros face aos das normas contabilísticas locais;
- Não reconhecimento dos custos de aquisição diferidos e de ativos intangíveis se existirem;
- Os imóveis para investimento ou uma carteira de obrigações são reavaliados ao justo valor.

O total do ativo e do passivo são apresentados no quadro seguinte:

valores em euros	Solvência II	Contas Locais Estatutárias	Var.
Ativos	7 778 619	8 342 183	-563 564
Passivos	2 364 802	2 870 293	-505 490
Fundos Disponíveis	5 413 817	5 471 890	-58 073

O valor das provisões técnicas em Solvência II é igual à soma da melhor estimativa das responsabilidades e da margem de risco, conforme estipulado no Regulamento Delegado 2015/35.

A melhor estimativa das provisões técnicas foi calculada com recurso à curva de taxas de juro sem risco, disponibilizada pela EIOPA.

A Planicare não utiliza quaisquer medidas transitórias ou medidas de longo prazo no cálculo da melhor estima das provisões técnicas.

O horizonte temporal usado no cálculo da melhor estimativa é o tempo de vida útil completo das responsabilidades à data da avaliação. A determinação da vida útil da carteira baseia-se nos limites dos contratos e nos pressupostos sobre quando é que estas responsabilidades podem ser liquidadas, canceladas ou expiradas.

valores em euros	Solvência II	Contas Locais Estatutárias	Var.
Ramo Saúde	1 469 019	2 085 632	-616 613
Margem de Risco	111 123	0	111 123
Provisões Técnicas	1 580 142	2 085 632	-505 490

A 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tinha celebrado qualquer contrato de resseguro.

E. Gestão de Capital

O objetivo da Companhia no que respeita à gestão de capital é a otimização da composição, estrutura e alocação do capital de modo a obter um crescimento rentável.

No quadro seguinte observa-se a evolução da composição dos fundos próprios da Planicare entre 2020 e 2021:

valores em euros	2021	2021	2020	2020
	(Disponíveis)	(Elegíveis)	(Disponíveis)	(Elegíveis)
Fundos Próprios	5 413 817	5 413 817	3 754 208	3 750 022
Tier 1 - unrestricted	5 385 875	5 385 875	3 543 794	3 543 794
Tier 1 - restricted	0	0	0	0
Tier 2	0	0	0	0
Tier 3	27 941	27 941	210 415	206 228

No âmbito da adequação de capital em Solvência II, as seguintes medidas são aplicáveis:

- O Requisito de Capital Mínimo (MCR) - O MCR estabelece o patamar mínimo abaixo do qual se considera que o nível de proteção dos tomadores e beneficiários é insuficiente, o que poderá desencadear medidas extremas por parte da autoridade de supervisão. Este requisito deverá situar-se entre os 25% e 45% do SCR.
- O Requisito de Capital de Solvência (SCR) - O SCR mede se uma empresa dispõe de fundos próprios para cobrir os requisitos de capital em função do risco. Caso ocorra insuficiência, quando os fundos próprios elegíveis descem abaixo do SCR, tem que ser definido e submetido ao supervisor um plano de recuperação.

valores em euros	31.12.2021	31.12.2020	Var.
Fundos Próprios Elegíveis para cobrir o SCR	5 413 817	3 750 022	44,4%
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	2 541 954	1 374 853	84,9%
Rácio de Cobertura do SCR	213,0%	272,8%	-59,8 pt
Fundos Próprios Elegíveis para cobrir o MCR	5 385 875	3 543 794	52,0%
Requisito de Capital Mínimo (MCR)	2 500 000	2 500 000	0,0%
Rácio de Cobertura do MCR	215,4%	141,8%	73,6 pt

No seguimento do crescimento do volume de negócios, o rácio de Cobertura do MCR no final de 2021 registou,

comparativamente a 2020, um crescimento superior a 73p.p. evoluindo para 215,4%.

Os Fundos próprios elegíveis para cobrir o MCR aumentaram cerca de 1,8 milhões de euros em igual período.

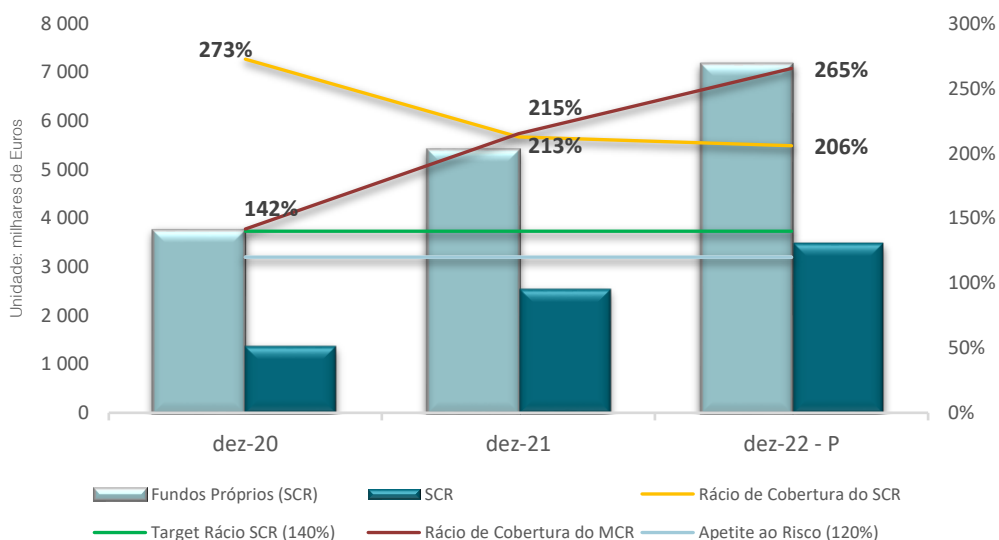
Não obstante a evolução favorável dos Fundos Próprios elegíveis para cobrir o SCR (cresceu 44% relativamente a 2020), o rácio de cobertura do SCR registou uma variação negativa de 59,8 p.p. situando-se no final de 2021 em 213%.

Esta evolução, decorrente do aumento do Requisito de Capital de Solvência, prende-se com o crescimento do volume de negócios e portanto pela maior exposição da Companhia que se traduz em maiores cargas de capital nos módulos de risco de Incumprimentos pela Contraparte e de Risco de Subscrição.

No âmbito do trabalho desenvolvido no exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA), estima-se que o rácio de SCR e MCR no final de 2022 se situe em 206% e 265%, respetivamente.

Refira-se ainda que de acordo com a Circular da ASF n.º 9/2021, de 23 de novembro (“Circular 9/2021”), com o título “revisão dos limiares relevantes para a determinação de grandes riscos e dos montantes do limite inferior absoluto para o cálculo do requisito de capital mínimo das empresas de seguros e de resseguros”, da ASF, os montantes previstos na alínea a) do n.º 3 do artigo 147.º do RJASR, ou seja, para as empresas a operar nos Ramos Não Vida, foram revistos de 2.500.000 euros para 2.700.000 euros. Este novo montante, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2022, está portanto refletido na projeção do MCR para 2022 acima descrita.

O gráfico seguinte ilustra ainda os targets mínimos de apetite ao risco, tal como descrito na Política de Gestão de Risco no que diz respeito aos 2 principais indicadores de solvência (SCR - *Solvency Capital Requirement*) e (MCR - *Minimum Capital Requirement*):







A ATIVIDADES E
DESEMPENHO

A ATIVIDADES E DESEMPENHO

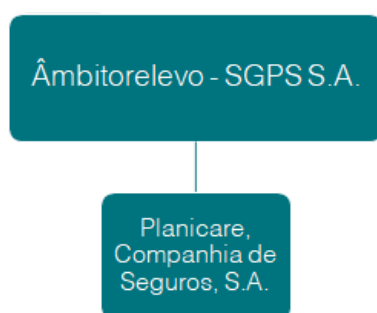
A.1. ATIVIDADES

A.1.1 DENOMINAÇÃO DA COMPANHIA E ESTRUTURA ACIONISTA

A Planicare – Companhia de Seguros, S.A., é uma sociedade anónima, com um capital social de 2,5 milhões de euros, que foi constituída em 14 de outubro de 2019, com sede social na Rua Fernão de Magalhães, n.º 2, Fração C, 4400-629 V. N. de Gaia, dispondo de escritórios em Vila Nova de Gaia e em Lisboa. A Planicare é detida a 100% pela sociedade Âmbitorelevo – SGPS, S.A.

A Companhia iniciou a sua atividade a 11 de novembro de 2019, dedicando-se unicamente à exploração do Ramo Doença em território nacional.

O organograma da estrutura de participações do grupo é representado no seguinte quadro:



A.1.2 SUPERVISÃO FINANCEIRA

A Planicare atua sob a supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”), sediada na Avenida da República, 76, 1600-205, Lisboa, entidade responsável pela regulação e supervisão da atividade seguradora.

A.1.3 REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O auditor externo da Companhia é a PricewaterhouseCoopers & Associados (SROC), com sede no Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 16, 1050-121 Lisboa, representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia.

Para além dos trabalhos de revisão legal de contas e auditoria, a sociedade presta igualmente serviços exigidos por lei, tais como a Certificação do Relatório Anual sobre a Solvência e Situação Financeira (artigo 3.º, número 1, alínea a), da Norma Regulamentar 2/2017-R) e a Revisão do Relatório Anual sobre a Estrutura Organizacional e os Sistemas de Gestão de Risco e de Controlo Interno (artigos 19.º e 20.º da Norma Regulamentar da ASF n.º 14/2005-R, de 29 de novembro, Norma Regulamentar da ASF n.º 10/2006- R, de 24 de outubro, artigo 25.º da Norma Regulamentar da ASF n.º 10/2009-R, de 25 de junho, e Circular da ASF n.º 1/2017, de 15 de fevereiro).

A.14 TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Planicare - Companhia de Seguro, S.A é detido a 100% pela acionista única Âmbitorelevo - SGPS, S.A.

A.15 PERSPETIVAS FUTURAS

Na transição de “pandemia para endemia” abre-se a tão desejada janela de esperança e vislumbra-se um cenário macroeconómico desafiante algo que o recente conflito armado veio acentuar, nomeadamente ao nível da incerteza perante um conjunto de desafios estruturantes:

- **Tensões Geopolíticas**

O contexto é de enorme incerteza e as consequências também muito imprevisíveis.

Este conflito acentuou o choque energético que já se fazia sentir desde há vários meses.

Assim, a curto médio-prazo poderemos estar perante novo fenómeno: a probabilidade de estagflação, que será tanto maior quanto maior for a duração e a escalada do conflito.

Refira-se no entanto, e de acordo com um membro Executivo do BCE, que a “dependência do crescimento económico relativamente ao petróleo é completamente diferente da observada na década de 70, decorrente do maior peso relativo dos serviços, e por conseguinte menor o da indústria”, pois “quando o primeiro choque do preço do petróleo atingiu a economia mundial em 1973, era necessário cerca de um barril de petróleo para gerar 1.000 dólares de PIB. Hoje, para gerar o mesmo nível de produção basta metade”.

- **Alterações Climáticas e desastres naturais**

Em resultado da aceleração das alterações climáticas, os desastres naturais são fenómenos que têm sido cada vez mais recorrentes.

Em 2021 o custo por desastres de origem natural alcançou os 280 mil milhões de dólares, sendo que deste total a indústria seguradora suportou cerca de 120 mil milhões de dólares ¹.

Além dos avultados prejuízos causados (2021 foi o quarto ano com maior volume de danos) importa sublinhar as consequências em termos de dimensão humana. Em 2021, estes fenómenos foram a causa de mais de 10 mil mortos.

¹ NatCatService, Munich Re – janeiro 2022

Estes dados sublinham a necessidade de se tomarem medidas de prevenção firmes e vinculativas.

- **Neutralidade na emissão de carbono até 2050**

A ambição é grande e o desígnio ainda maior.

Tonar o planeta imune às emissões de carbono, permitindo que a capacidade de absorção natural compense as emissões.

Prevalece todavia ainda o debate entre o impacto económico a curto prazo vs o benefício a longo prazo, mas sobra desde já uma certeza: a necessidade de avultados investimentos, a realocação de funções que esta transição irá provocar e o foco nos 69 países que representam mais de 85% das referidas emissões.

Estima-se que a necessidade de investimento seja superior a 275 milhões de dólares até 2050, conjugado com um ganho líquido de 15 milhões de empregos ².

- **Inteligência Artificial – Robótica**

A transição para a era digital está em processo de aceleração, suportada na conectividade que as tecnologias 5G e 6G proporcionam (estima-se que em 2025 existirão mais de 1 triliões de dispositivos conectados)³ e nas potencialidades da Inteligência Artificial com aplicabilidade em inúmeros domínios.

A indústria seguradora não ficará alheia a esta evolução. Desde a subscrição até à Distribuição, esta transição terá impacto nos processos e modelo de negócio.

Com efeito, o valor total de prémios de seguro gerado pelas plataformas digitais de seguros, segmento *insurtech* da indústria, deverá ultrapassar em 2025 os 556 mil milhões de dólares, estimando-se que represente mais de 8% do volume de prémios brutos emitidos a nível mundial⁴.

A.2 DESEMPENHO DA SUBSCRIÇÃO

A21 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

As sucessivas vagas da pandemia continuaram a condicionar a evolução da atividade económica ao longo do ano de 2021.

² *The Net-zero transition Report, McKinsey & Company* – janeiro 2022

³ *Insurance 2030 – The impact of AI on the future of Insurance, McKinsey & Company* – março 2021

⁴ *Insurtech: Segment analysis, market evolution & forecast 2021-2025, Jupiter Research* – fevereiro 2021

	Taxa de Variação Homóloga (%)							
	2020 T1	2020 T2	2020 T3	2020 T4	2021 T1	2021 T2	2021 T3	2021 T4
Produto Interno Bruto	-2,6%	-17,9%	-6,3%	-6,8%	-5,4%	16,4%	4,5%	5,8%

A taxa de variação homóloga do PIB no 1.º trimestre de 2021 refletiu o novo confinamento e dever de recolhimento obrigatório que as autoridades voltaram a decretar.

Nos trimestres seguintes, a redução das restrições e consequentemente crescente abertura da economia permitiram taxas de variação homólogas do PIB positivas, o que culminou com uma taxa de variação anual do PIB positiva de 4,9%⁵.

O bom comportamento do último trimestre terá sido suportado pelo consumo, decorrente da acumulação de poupanças nos períodos de confinamento, da evolução das exportações de bens e, possivelmente, de serviços turísticos.

Este registo, sendo o melhor desde 1990, não foi todavia suficiente para recuperar o PIB da queda histórica observada em 2020, ficando aquém portanto do nível pré-pandemia.

	Taxa de Variação Anual (%)			Índice Base 100 = 2019 4T		
	2019	2020	2021	2019 T4	2020 T2	2021 (Prev)
Produto Interno Bruto	2,7%	-8,4%	4,9%	100	94,2	98,7

Por seu lado, a taxa de desemprego evoluiu positivamente no 4.º trimestre de 2021, recuando 1p.p. relativamente ao período homólogo⁶.

	Valor trimestral (%)			Variação (p.p.)	
	2020 4T	2021 3T	2021 4T	Homóloga	Trimestral
Taxa de desemprego	7,3	6,1	6,3	-1,0	0,2

De acordo ainda com as projeções do Banco de Portugal, estima-se um crescimento da economia portuguesa de 5,8% em 2022, seguido de um período onde a expansão será mais moderada (3,1% em 2023 e 2% em 2024). De acordo com estes dados, estima-se que o PIB regresse ao nível pré-pandemia na primeira metade de 2022.

Esta trajetória é suportada ainda pelo recebimento de significativos fluxos de fundos da União Europeia.

Para 2022, perspectiva-se que o consumo continue a ser um dos principais impulsionadores do crescimento, num contexto onde a situação pandémica aparenta entrar numa nova etapa (pressão sob as unidades de cuidados de saúde menos severa e letalidade 20% inferior ao nível registado em 2021).

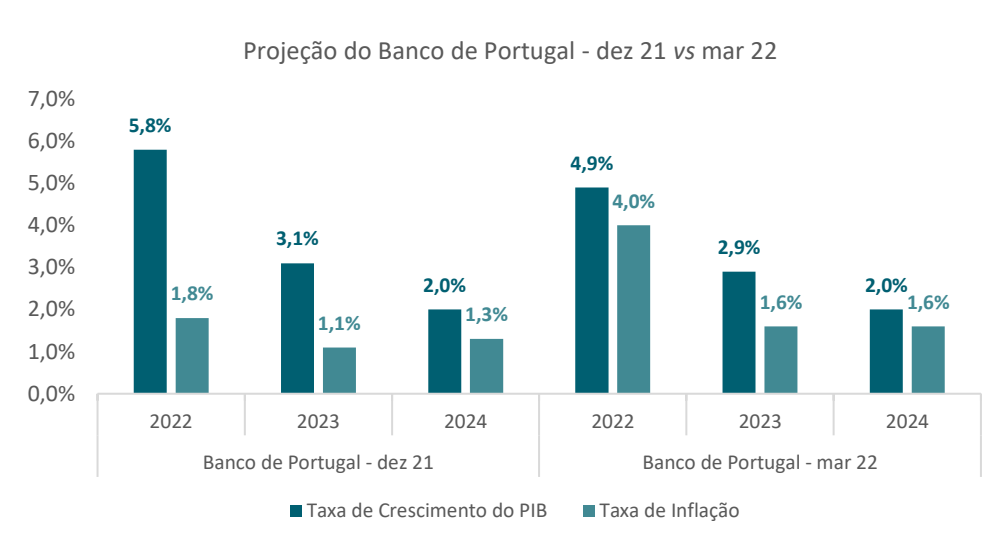
⁵ Boletim Económico, Banco de Portugal, dezembro 2021

⁶ Boletim Económico, Banco de Portugal, dezembro 2021

A taxa de crescimento médio do PIB em Portugal para o horizonte 2022-24 é de 3,6%, o que compara com uma projeção de 2,9% para a área do euro.

Refira-se ainda que as projeções do Banco de Portugal foram recentemente atualizadas no Boletim Económico de Março de 2022. Relativamente à última projeção (dezembro) destacam-se os indicadores para o ano de 2022:

- taxa de crescimento do PIB = 4,9%, o que representa uma revisão em baixa de -0,9 p.p.
- taxa de inflação = 4,0%, o que significa uma atualização de + 2.2 p.p.



Fonte: Boletim Económico, Banco de Portugal, março 2022

A22 EVOLUÇÃO DO MERCADO SEGURADOR PORTUGUÊS

Em termos de produção de seguro direto relativa à atividade em Portugal observaram-se em 2021 variações positivas tanto no Ramo Vida como nos Ramos Não Vida.

O Ramo Vida registou um crescimento significativo de 68,5%, sendo que em Não Vida verificou-se um crescimento de 4,7%.

No global, no período em análise, a produção apresentou um crescimento de 34,1%.

Nos Ramos Não Vida, destaque para o Ramo Doença que registou uma subida da produção de 8,6%. O Ramo Doença manteve assim o 2.º lugar do ranking dos Ramos Não Vida.

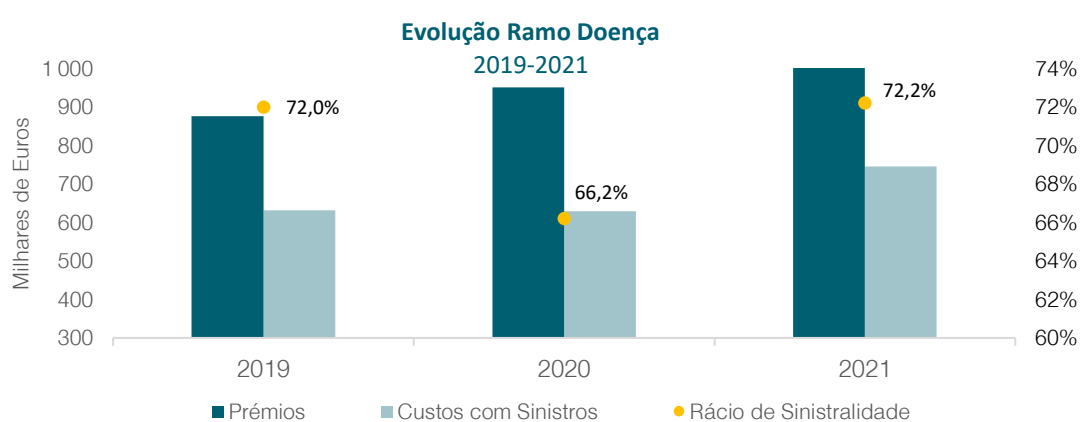
PBE - unidade: milhares €	31/12/2021	31/12/2020	Variação
Automóvel	1 897 920	1 872 927	1,3%
Doença	1 032 161	950 861	8,6%
Incêndio e Outros Danos	999 605	946 103	5,7%
Acidentes de Trabalho	965 284	905 394	6,6%
Mercado Não Vida	5 619 021	5 365 574	4,7%
Mercado Vida	7 726 404	4 585 346	68,5%
Total Mercado	13 345 425	9 950 920	34,1%

Fonte: Prémios de Seguro Direto da Atividade Seguradora – ASF, março 2021

De realçar que a produção dos ramos Não Vida do total do mercado ultrapassou os 5.600 milhões de euros, o que significa um aumento superior a 253 milhões comparativamente com igual período do ano anterior.

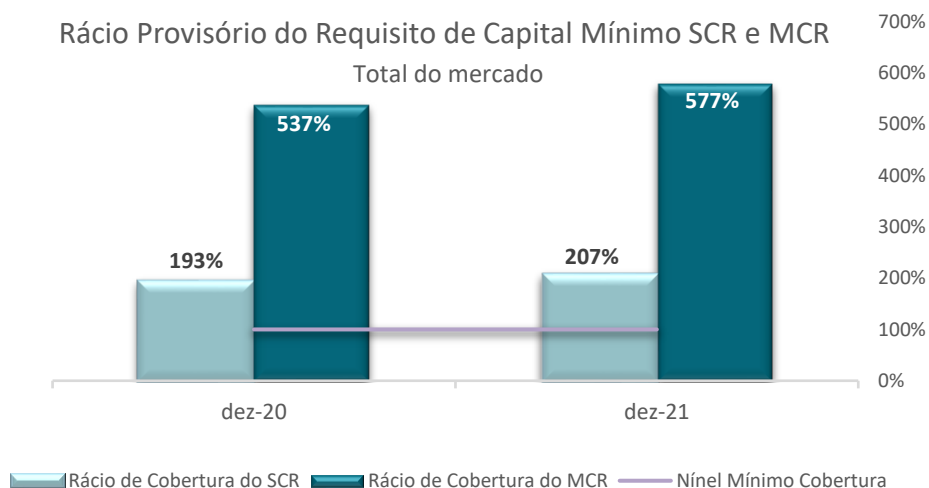
Os custos com sinistros de seguro direto apresentaram um crescimento de 9,1% relativamente a 2020. No ramo Vida, os custos com sinistros aumentaram 12% e nos ramos Não Vida o acréscimo foi de 2,6%.

Analisando o comportamento dos ramos Não Vida, verifica-se que o ramo Doença foi o que mais contribuiu para este aumento, com um crescimento de 18,5%. O ramo Automóvel apresentou também um acréscimo de 3,5% relativamente ao ano anterior. Por seu lado, no ramo Incêndio e Outros Danos os custos com sinistros diminuíram 3,3% no período em análise, bem como na modalidade de Acidentes de Trabalho que registou a mesma tendência com um decréscimo de 4% nos custos com sinistros.



Fonte: Relatório de Evolução da Atividade Seguradora – 4.º Trimestre 2021 (ASF)

Com efeito, globalmente o resultado líquido provisório das empresas de seguros sob supervisão prudencial da ASF superou os 649 milhões de euros, tendo o rácio provisório de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) aumentado 13,5p.p. situando-se em 206,6% e a cobertura do Requisito de Capital Mínimo (MCR) melhorado 40,6p.p. atingindo os 577%.



Fonte: Relatório de Evolução da Atividade Seguradora – 4.º Trimestre 2021 (ASF)

Apesar destes resultados manifestamente positivos, a ASF salienta que “tendo presente o ciclo invertido da atividade seguradora”, é “expectável que as consequências da pandemia Covid-19 no setor segurador só possam ser adequadamente aferidas no médio e longo prazo”.

Esta afirmação consta no “relatório ao mercado sobre a aplicação das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, com impacto nos consumidores”, onde se constata ainda que “a ASF continua especialmente atenta à avaliação dos reais impactos da situação de pandemia”...” designadamente a análise da sinistralidade num período de tempo suficientemente alargado”.

A aplicação deste Decreto-Lei constituiu uma das diversas medidas que a ASF implementou e monitorizou junto dos operadores ao longo do período pandémico.

Assim, este período perfeitamente atípico com grande impacto no mercado segurador, este Decreto-Lei constituiu um dos três eixos de ajustamentos que se podem resumir:

- Alterações contratuais implementados por alguns operadores, nomeadamente a criação de bónus de renovação para seguro Automóvel em caso de ausência de sinistros ou a devolução de prémios que tinham sido entretanto cobrados.
- Aplicação do Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, que conduziu à implementação de diversas medidas que foram objeto de reporte pelas empresas de seguros à ASF, nos termos da Norma Regulamentar n.º 8/2020-R, de 23 de junho.
- Recomendações da ASF ao mercado em matéria de ajustamento dos contratos de seguro em resposta aos impactos da situação epidemiológica em Portugal.

No que concerne à aplicação do Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, salienta-se o impacto no ramo Doença a componente relativa à adoção de um regime de pagamento de prémios mais favorável ao tomador de seguro. Assim, esta medida teve impacto em 53,4% da carteira do ramo Doença, apenas superado pelo Ramo Automóvel que teve aplicabilidade em 2,8 milhões de contratos.

DESEMPENHO DA COMPANHIA

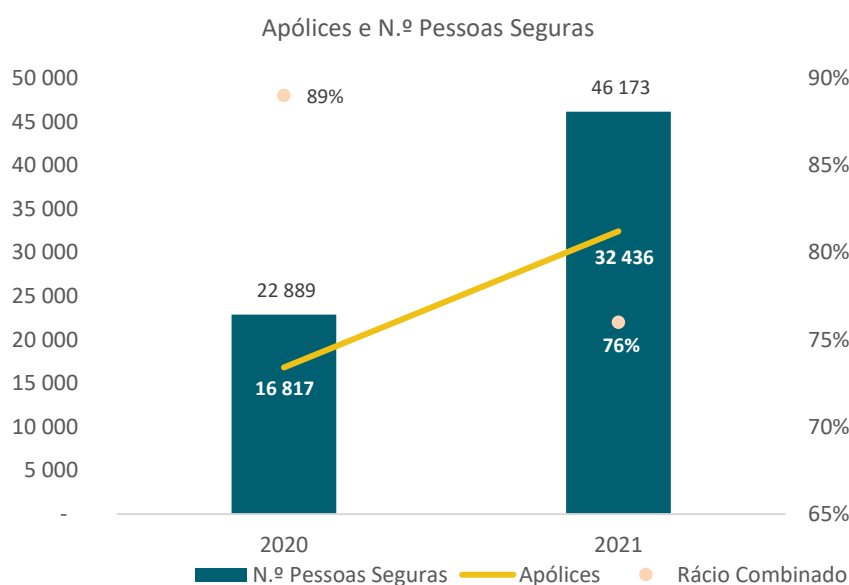
A Planicare concentra a sua atividade na gestão de seguros de saúde, através de uma rede convencionada de prestadores de cuidados de saúde. A Companhia, no final de 2020, apresentava em termos de oferta de mercado dois produtos para comercialização (“Easy” e “Protection”) com predominância para o segmento individual.

Durante o ano de 2021, a estratégia da Planicare consistiu essencialmente nos seguintes eixos de atuação:

- Alargamento da oferta com o lançamento de uma nova solução (Soft) direcionada para o segmento de mercado individual;

- Foco no aumento da taxa de penetração no segmento-alvo, ou seja, no segmento individual, tendo como objetivo aumentar a fidelização e incrementar a taxa de retenção para atingir um crescimento sustentado e sólido no segmento individual;
- Implementação do canal B2B (*Business to Business*) e B2C (*Business-to-Consumer*).

No exercício em análise, a Companhia alcançou um volume de prémios brutos emitidos de seguro direto (PBE), líquidos de estornos e anulações, de 6.281.985 euros, tendo em carteira 32.436 apólices cobrindo 46.173 pessoas seguras.



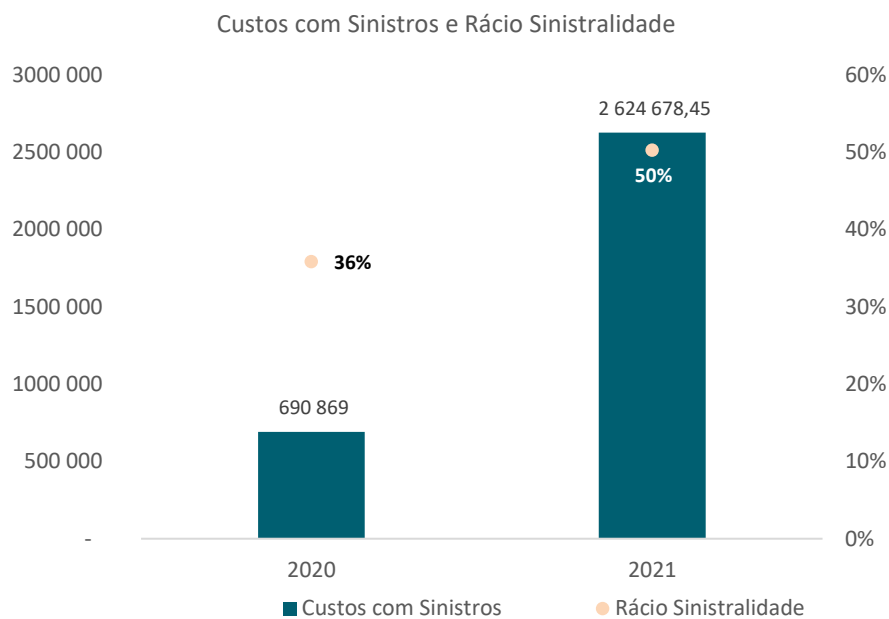
Entre 2020 e 2021, o resultado líquido do exercício registou uma evolução positiva superior a 800 milhares de euros, situando-se em 971.153 de euros

	Valores em euros	
	2021	2020
Prémios Emitidos	6 281 985	2 313 852
Resultado Líquido	971 153	155 388
Excesso de Ativos sobre Passivo	5 471 890	4 500 737
Ativo Líquido Total	8 342 183	5 381 810
Melhor Estimativa + Margem de Risco	1 580 142	829 358
N.º Médio de Colaboradores	14	12
Rácio Produtividade		
Prémios Emitidos / N.º de Colaboradores	448 713	192 821

De salientar que a Companhia, durante o exercício em questão, não era parte em nenhum contrato de resseguro.

A rubrica custos com sinistros registou em 2021 o valor de 2.624.678 de euros, que compara com o valor de 690.869 euros em 2020. O rácio de sinistralidade entre 2021 e 2020 regista um aumento de cerca de 14p.p.

situando-se em aproximadamente 50%.



O total de custos por natureza a imputar evoluiu de 1.263.781 euros no final de 2020 para 1.646.521 euros. As rubricas Gastos com o Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos representam em 2021 cerca de 88% do total, sendo que, as rubricas que contribuem para o saldo dos fornecimentos e serviços externos dizem respeito a Rendas e Alugueres, Publicidade e Propaganda e Trabalhos especializados.

Evolução Custos Administrativos	2021	2020
Gastos com Pessoal	1 164 028	883 513
Fornecimentos e Serviços Externos	281 004	275 485
Comissões	36 776	15 631
Depreciações e Amortizações do exercício	149 376	83 535
Impostos e Taxas	15 337	5 616
	1 646 521	1 263 781

A.3 DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS

A política de investimentos da Planicare é orientada pelo princípio do “gestor prudente”. A política em matéria de investimentos privilegia a adequação à natureza e à duração das responsabilidades, bem como o melhor interesse dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários. Isto faz com que a Companhia tenha preferência por investimentos em ativos que permitam uma liquidez mais imediata. Assim a Companhia privilegia a constituição de Depósitos à Ordem e a Prazo, estando em análise a possibilidade de efetuar investimentos em ações, instrumentos de dívida e/ou imóveis.

	2021	2020
Ativos	Valor de Solvência II	
Caixa e seus equivalentes	7 704 441	4 732 094
Valores a receber	15 009	8 630
	<u>7 719 450</u>	<u>4 740 724</u>
Passivos		
Valores a pagar	451 736	153 337
	<u>451 736</u>	<u>153 337</u>

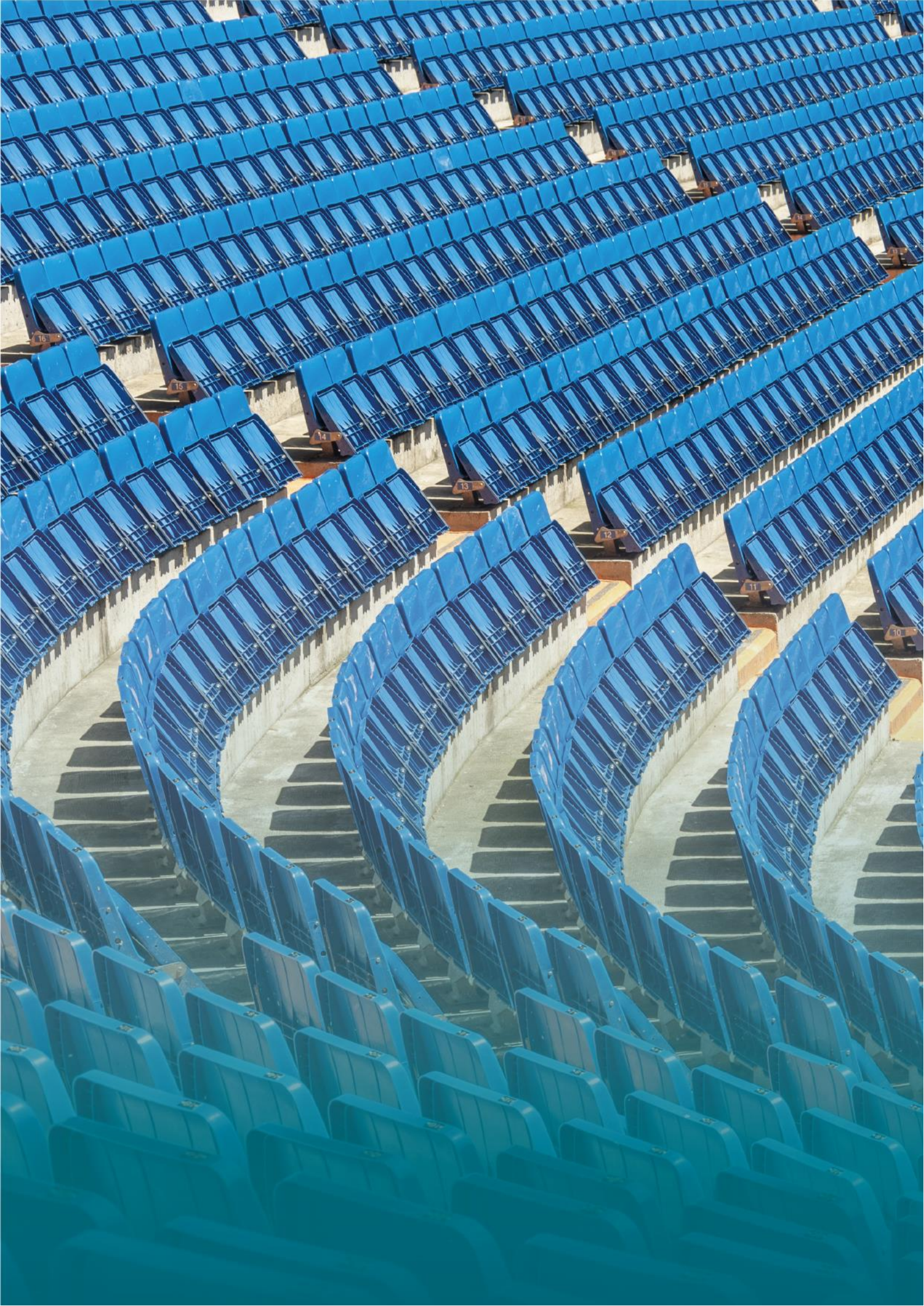
Durante o exercício de 2021, o ativo líquido da Planicare situou-se em 8,3 milhões de euros, sendo que 7,7 milhões de euros correspondem a depósitos à ordem. Os saldos de disponibilidades em instituições de crédito, contas a receber e a pagar são saldos de curto prazo, motivo pelo qual se considera que o valor de balanço em 31 de dezembro de 2021 é o justo valor.

A.4 DESEMPENHO DE OUTRAS ATIVIDADES

Não existem outras atividades desempenhadas pela Companhia com relevância material para efeitos de divulgação no presente relatório.

A.5 EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Sem informação a adicionar.





B SISTEMA DE
GOVERNAÇÃO

B

SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

B.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

O sistema de governação da Planicare, em linha com o disposto no artigo 64.º do RJASR, cumpre os seguintes requisitos:

- a) Assentar numa estrutura organizacional adequada e transparente, com responsabilidades devidamente definidas e segregadas e um sistema eficaz de transmissão de informação;
- b) Assegurar permanentemente a monitorização e manutenção dos sistemas de controlo interno, tendo em vista uma gestão sã, prudente e transparente da Companhia;
- c) Controlar a monitorização das atividades de risco da empresa no que diz respeito ao seu funcionamento e ao reporte junto da autoridade de supervisão.

Para além do cumprimento da legislação e dos regulamentos vigentes em cada momento, o cumprimento das recomendações e boas práticas de governação são objetivos da Companhia.

B.1.1 ESTRUTURA DE GOVERNO SOCIETÁRIO

De acordo com o disposto no artigo 278.º, números 1, alínea a), e 3, do Código das Sociedades Comerciais, a administração e a fiscalização da Planicare estruturam-se segundo o modelo “clássico”, compreendendo um Conselho de Administração (que delegou a gestão corrente da Planicare numa Comissão Executiva), um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas.

O governo das sociedades envolve um conjunto de relações entre a gestão da Companhia, os seus acionistas e outras partes interessadas, através do qual são definidos os objetivos da empresa, bem como a forma de os alcançar e de os monitorizar.

O quadro seguinte representa a estrutura de governo societário da Companhia durante o exercício de 2021:



As principais competências dos órgãos que compõem a estrutura de governo societário encontram-se elencadas abaixo.

Assembleia Geral

As ações representativas da totalidade do capital social da Planicare são detidas pela Âmbitorelevo - SGPS, S.A.

A acionista única tem como principais competências analisar e aprovar o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício, bem como eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

De realçar que a sua participação e voto encontram-se sujeitos às previsões estatutárias e legais.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de gestão e representação da Planicare. É responsável, nomeadamente, pelo cumprimento do plano estratégico, do plano financeiro e do plano orçamental e pela análise do posicionamento da Companhia no mercado segurador. Cabem assim ao Conselho de Administração, nos termos da lei e dos Estatutos da Sociedade, os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade.

O Conselho de Administração pode encarregar especialmente algum ou alguns administradores de se ocuparem de certas matérias de administração, bem como delegar, dentro dos limites da lei, poderes de administração, incluindo os relativos à gestão corrente da Sociedade, em administrador ou administradores ou na Comissão Executiva.

Por deliberação tomada em 26 de março de 2021, o Conselho de Administração delegou os poderes de gestão corrente da Planicare numa Comissão Executiva.

Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração era constituído por um Presidente não executivo (António Vila Nova de Azevedo Costa), um Vice- Presidente executivo (Filipe José de Araújo Pinto Correia) e três vogais – um não-executivo (Paulo Manuel de Castro Nogueira) – e dois executivos (Gonçalo António Fernandes Dias Carvalho e Rui Filipe Veloso Meireles).

O Conselho de Administração reúne sempre que seja convocado pelo seu presidente ou por dois administradores, mas reúne, pelo menos, mensalmente. As deliberações são tomadas pela maioria dos membros presentes ou representados e dos que votem por correspondência.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva é constituída por deliberação do Conselho de Administração, que fixa os limites de delegação, a composição e o modo de funcionamento do órgão.

Em 26 de março de 2021, o Conselho de Administração delegou a gestão corrente da Companhia na Comissão

Executiva, atribuindo-lhe as seguintes competências específicas:

- a) Celebrar todos os contratos ou outros documentos e praticar todos os atos de gestão que se incluam no objeto social da Companhia, incluindo praticar todas as operações de seguro e resseguro e operações conexas ou complementares com estas, nomeadamente no que respeita a atos e contratos relativos à gestão de ativos e à aplicação de provisões técnicas, reservas e capitais, podendo ainda resolver, revogar, denunciar e modificar tais contratos;
- b) Representar a Companhia perante a ASF e, em geral, perante quaisquer entidades supervisoras e associações do setor;
- c) De acordo com as políticas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, em matérias da área de pessoal:
 - Admitir, definir categorias, condições remuneratórias e outras regalias, transferências de colaboradores e nomeação de diretores e responsáveis por funções-chave;
 - Estabelecer e fixar horários de trabalho flexíveis, regime de turnos, licenças sem retribuição, ausências e deslocações e fiscalizar situações de baixa;
 - Fazer cessar, por qualquer forma, contratos a termo e sem termo;
 - Executar decisões judiciais;
 - Exercer o poder disciplinar e aplicar quaisquer sanções;
 - Contratar entidades especializadas para a prestação de serviços na área da formação e aprovar as ações de formação;
 - Representar a Planicare perante estruturas representativas dos trabalhadores, segurança social e demais organismos públicos ou privados, em tudo o que julgue conveniente ou lhe seja imposto por lei;
- d) Comprar, vender, trocar e por qualquer forma adquirir e alienar bens móveis, incluindo viaturas e equipamentos, que se mostrem necessários ou convenientes para a prossecução da atividade da Companhia, pelos preços e pelas condições que considere convenientes, podendo igualmente registá-los em nome da Companhia, pagar e receber o preço e emitir as respetivas faturas ou recibos;
- e) Contratar e celebrar quaisquer contratos de prestação de serviços ou outros relacionados com atividade da Companhia;
- f) Abrir e movimentar, a débito ou a crédito, contas bancárias da Companhia junto de quaisquer bancos ou outras instituições de crédito e realizar quaisquer operações bancárias;
- g) Formular e apresentar propostas, participar em concursos, leilões, fornecimentos de produtos e serviços a qualquer entidade pública ou privada, modificar as referidas propostas e praticar quaisquer atos e

subscrever quaisquer contratos ou documentos relacionados com esses procedimentos;

- h) Ajustar e liquidar contas com devedores e credores, podendo passar recibos e dar quitações;
- i) Receber quaisquer importâncias, rendimentos ou outros valores da titularidade da Companhia;
- j) Representar a Companhia perante qualquer entidade pública ou privada, incluindo praticar, requerer e assinar requerimentos, exposições, reclamações, documentos de registo, bem como obter autorizações, licenças ou outras autorizações relacionadas com a atividade da Companhia;
- k) Representar a Companhia perante as Autoridade Fiscais em todo o tipo de atos de conteúdo tributário;
- l) Pagar impostos, taxas e contribuições, reclamar ou impugnar liquidações indevidas, recebendo títulos de anulação e respetivas importâncias, efetuar, alterar ou cancelar manifestos fiscais, bem como reclamar contra impostos, contribuições e demais impostos, recuperando as importâncias pagas indevidamente ou por erro;
- m) Representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, incluindo a instauração e contestação de quaisquer procedimentos judiciais, administrativos ou arbitrais, bem como apresentar quaisquer articulados, requerimentos ou outros documentos processuais, confessar, desistir ou transigir, participar em tentativas de conciliação, interpor quaisquer recursos e praticar todos os atos necessários ou convenientes no âmbito de qualquer processo em que a Companhia seja parte;
- n) Constituir mandatários (incluindo advogados) para a prática de determinados atos ou categorias de atos, definindo a extensão dos respetivos mandatos;
- o) Verificar o cumprimento das diversas políticas em vigor na Companhia e propor alterações às mesmas sempre que considere relevante;
- p) Praticar todos os demais atos convenientes ou necessários ao cumprimento e execução da delegação de poderes.

Em 31 de dezembro de 2021, a Comissão Executiva era constituída por três membros:

- Filipe José de Araújo Pinto Correia: Presidente com os pelouros da Área de Auditoria Interna, Área de *Marketing* e Comercial (*Marketing/ Comercial/ Client Contact Center*), Área de Sistemas de Informação, Gestão de Reclamações e Proteção de Dados);
- Gonçalo António Fernandes Dias Carvalho: Vogal com os pelouros da Área Financeira (Tesouraria/ Investimentos/ Planeamento e Controlo/ Cobranças/ Contabilidade), Área de Risco (Gestão de Risco/ Resseguro), Área de Atuariado Interno, *Back-Office/ Subcontratação* (Recursos Humanos/ Administrativo) e Área Jurídica e de *Compliance*;
- Rui Filipe Veloso Meireles: Vogal com o pelouro da Área Técnica (Subscrição e Produto/ Operações – Produção/ Operações – Sinistros/ Atuariado de Produto/ Desenvolvimento de Rede de Prestadores).

A Comissão Executiva reúne, pelo menos, quinzenalmente.

Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

A fiscalização da Companhia compete a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

A 31 de dezembro de 2021, o Conselho Fiscal era composto por um Presidente (Joaquim Manuel Martins da Cunha) e dois vogais (Rui Miguel Martins Dinis e Luís Miguel Soares Borges de Almeida) designados, juntamente com um suplente (Rui Eurico Aragão Lopes da Gama), pela Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal reúne sempre que o Presidente ou os dois vogais o convoquem e, pelo menos, uma vez em cada três meses.

A fiscalização é ainda exercida por um Revisor Oficial de Contas, estando nomeada uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas como membro efetivo e um Revisor Oficial de Contas como membro suplente, ambos independentes.

B.1.1 ESTRUTURA DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Existem várias áreas e comités específicos que asseguram a segregação entre as áreas de negócio e as áreas de operações. Nos termos dos artigos 65.º e 66.º do RJASR, compete às empresas de seguros a identificação dos responsáveis pela avaliação da adequação das pessoas que desempenham ou exercem funções-chave.

Consideram-se funções-chave, nos termos do artigo 5.º, número 1, alínea z), subalínea i), do RJASR, as seguintes:

- a) Gestão de Riscos;
- b) Auditoria Interna;
- c) Verificação do Cumprimento;
- d) Atuarial.

Não obstante a função “jurídica” não constar do elenco legal de funções-chave, a Planicare acolheu-a no seu desenho organizacional, por conferir influência significativa na respetiva gestão, atendendo à natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à sua atividade (artigo 5.º, n.º 1, alínea z), subalínea ii), do RJASR).

Exercem ainda um papel relevante na fiscalização da Companhia, atendendo à natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à respetiva atividade:

- a) Atuário Responsável;
- b) Auditoria Externa/ROC.

De salientar que as pessoas responsáveis de cada função-chave desenvolvem a sua atividade com independência e imparcialidade, desempenhando as respetivas tarefas de forma objetiva e isenta de qualquer influência indevida.

B.1.2.1 FUNÇÃO DE GESTÃO DE RISCOS

O artigo 72.º do RJASR indica-nos que as empresas de seguros devem dispor da função de Gestão de Riscos e implementar um sistema de gestão de riscos eficaz que compreenda estratégias, processos e procedimentos de prestação de informação que permitam identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar os riscos que a empresa está ou pode vir a estar exposta.

Deste modo, algumas das tarefas a ter em conta neste tipo de função são as seguintes:

- a) Assegurar o desenvolvimento, implementação e manutenção de um sistema de gestão de risco que permita a identificação, avaliação e monitorização de todos os riscos materiais a que a Planicare e o grupo estão expostos;
- b) Elaborar, propor e rever a Política ORSA (autoavaliação do risco e da solvência);
- c) Avaliar e monitorizar a situação de solvência, corrente e prospetiva;
- d) Elaborar, propor e rever a Política de Gestão do Ativo-Passivo e de Liquidez;
- e) Colaborar na elaboração e revisão das Políticas de Investimento;
- f) Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de mercado e de crédito de contraparte;
- g) Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de natureza operacional incorridos no grupo segurador, identificando e caracterizando adicionalmente os dispositivos de controlo existentes;
- h) Avaliar e monitorizar os instrumentos de mitigação de risco, nomeadamente o resseguro;
- i) Assegurar a gestão integrada dos riscos a que a Planicare está ou poderá vir a estar exposta, garantindo que os mesmos são geridos de forma apropriada pelos diversos departamentos e dentro dos limites estabelecidos;
- j) Documentar adequadamente os processos associados ao controlo do grau de conformidade com os requisitos legais e regulamentares e com os normativos internos, registando os incumprimentos detetados e os planos de ação aprovados para a sua mitigação;
- k) Validar periodicamente os modelos e as metodologias de avaliação do risco utilizados na Planicare, bem como os dados e a informação externa de base considerados nestes modelos;
- l) Acompanhar a adequação e eficácia do sistema de gestão de risco face à atividade desenvolvida pela Planicare e promover as medidas necessárias à correção das deficiências detetadas;
- m) Elaborar relatórios periódicos de informação de gestão de risco, quer para o Conselho de Administração, quer para o Comité de Risco, e aconselhar sobre as práticas a adotar na gestão de risco.

B.1.2.2 FUNÇÃO ATUARIAL

Compete à Função Atuarial:

- a) Monitorizar as Provisões Técnicas registadas contabilisticamente, avaliando o seu grau de prudência;
- b) Coordenar o cálculo das provisões técnicas de Solvência II e assegurar a adequação das metodologias,

modelos de base e pressupostos utilizados para o seu cálculo;

- c) Aplicar metodologias e procedimentos para avaliar a suficiência das provisões técnicas e para garantir que o seu cálculo está em conformidade com os requisitos estabelecidos nos artigos 91.º a 106.º do RJASR;
- d) Avaliar a incerteza associada às estimativas efetuadas no cálculo das provisões técnicas;
- e) Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- f) Informar o órgão de administração sobre o grau de fiabilidade e adequação do cálculo das provisões técnicas;
- g) Emitir parecer sobre a política global de subscrição;
- h) Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência (ORSA);
- i) Emitir parecer sobre a política global de subscrição;
- j) Emitir parecer sobre a adequação dos acordos de resseguro;
- k) Elaborar o Relatório Atuarial anual;
- l) Avaliar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- m) Garantir que quaisquer limitações dos dados utilizados para o cálculo das provisões técnicas são objeto de um tratamento adequado;
- n) Assegurar a qualidade dos dados e a aplicação de aproximações mais adequadas para efeitos de cálculo da melhor estimativa conforme referido no artigo 103.º do RJASR;
- o) Garantir que os grupos de risco homogêneos de responsabilidades de seguro são identificados para uma avaliação adequada dos riscos subjacentes;
- p) Considerar as informações relevantes fornecidas pelos mercados financeiros e os dados geralmente disponíveis sobre riscos específicos de seguros e garantir que os mesmos estão integrados na avaliação das provisões técnicas;
- q) Comparar e justificar eventuais diferenças materiais no cálculo das provisões técnicas de ano para ano;
- r) Garantir que é disponibilizada uma avaliação adequada das coberturas dos contratos de seguro.

B.1.2.3 FUNÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

As competências da Função de Auditoria Interna são:

- a) Analisar os processos operativos e de negócio, avaliando a sua conformidade com os normativos internos e externos;
- b) Colaborar no apoio à correta observância das políticas definidas;
- c) Elaborar um Plano Anual de Auditoria baseado numa análise metódica do risco. Este plano deve ter em conta o conjunto das atividades e todo o sistema de governação da Companhia;

- d) Adotar uma abordagem baseada nos riscos para decidir as suas prioridades;
- e) Prestar informações sobre o Plano Anual de Auditoria ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal;
- f) Emitir recomendações baseadas no resultado dos trabalhos realizados em conformidade com o Plano Anual de Auditoria;
- g) Elaborar um Relatório Anual de Auditoria, contendo uma síntese das principais questões detetadas nos trabalhos de auditoria e as respetivas conclusões e recomendações ao Conselho de Administração;
- h) Verificar o cumprimento das decisões tomadas pelo Conselho de Administração com base nas recomendações enunciadas na alínea anterior;
- i) Se necessário, realizar auditorias que não se encontrem incluídas no Plano Anual de Auditoria;
- j) Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- k) Desenvolver ações de auditoria fundamentadas numa metodologia própria, que, tendo sempre presente a avaliação dos riscos, possa contribuir para determinar a probabilidade da sua ocorrência e o impacto;
- l) Apoiar, quando solicitado, no apuramento de factos relativos a eventuais infrações disciplinares praticadas por colaboradores e irregularidades praticadas por mediadores ou prestadores de serviços;
- m) Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- n) Colaborar com a Auditoria Externa e com o Revisor Oficial de Contas;
- o) Investigar práticas contrárias ao Código de Conduta e às políticas da Planicare e/ou fraudulentas, tendo por objetivo identificar as causas e respetivos responsáveis e desencadeando o processo de penalizações e ações disciplinares, conforme aplicável;
- p) Reportar exposições significativas ao risco e factos relacionados com o controlo e outros assuntos que sejam pertinentes ou tenham sido solicitados pelo Conselho de Administração;
- q) Contribuir para que a informação resultante da atividade da Planicare seja fiável e íntegra, através da apreciação dos meios utilizados para a sua identificação, medição, classificação e reporte;
- r) Emitir uma opinião sobre a resolução de deficiências e a implementação de recomendações emitidas por reguladores ou outras entidades reconhecidas que emitam recomendações e orientações;
- s) Monitorizar, avaliar e propor melhorias aos processos e operações da Planicare, de acordo com o plano, ou a pedido da Comissão Executiva, bem como avaliar a eficácia e eficiência com que os recursos são utilizados;
- t) Assegurar uma avaliação independente sobre os riscos e controlos-chave de unidades de negócio, processos, produtos e sistemas, propondo recomendações de melhoria para a evolução do sistema de controlo da Planicare;
- u) Avaliar a cultura de controlo da Planicare, garantindo a conformidade com políticas, planos, regras de ética, procedimentos, leis e regulamentos que poderão ter um impacto significativo nas suas atividades;
- v) Verificar os processos e controlos com base nos quais são tomadas decisões estratégicas e operacionais e avaliar se a informação apresentada ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva representa os riscos e pressupostos associados com a estratégia e os planos de negócio.

B.1.2.4 FUNÇÃO DE VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO E JURÍDICA

Compete à Função de Verificação do Cumprimento e Jurídica, nomeadamente:

- a) Assegurar a conformidade legal e regulamentar das políticas e procedimentos da Planicare;
- b) Prestar assessoria aos órgãos sociais relativamente à definição, interpretação, aplicação e cumprimento das disposições legais e regulamentares, de fonte interna ou comunitária, aplicáveis ao acesso e exercício da atividade da Planicare;
- c) Satisfazer, no âmbito da sua competência, as solicitações formuladas pelos acionistas no exercício do direito à informação e prestar a informação solicitada aos membros dos órgãos sociais que exercem funções de fiscalização sobre deliberações do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva;
- d) Analisar e satisfazer, quando aplicável, os pedidos de prestação de informação recebidos de quaisquer entidades, incluindo da ASF;
- e) Assegurar, em conjunto com o administrador com o pelouro da área financeira, a divulgação interna do objeto da informação a recolher, produzir, tratar, rever, aprovar ou enviar por cada responsável da Planicare para reporte à ASF, bem como a tempestividade do respetivo envio, nos termos da Política de Adequação da Informação Prestada à ASF;
- f) Assegurar a recolha, produção, tratamento, conformidade legal e/ou envio da informação especificada na Política de Adequação da Informação Prestada à ASF;
- g) Colaborar com o Conselho Fiscal na realização de diligências instrutórias e no acompanhamento da implementação de medidas definidas por este órgão social, nos termos da Política de Participação de Irregularidades;
- h) Avaliar os sistemas, métodos e procedimentos implementados pela Planicare, assegurando a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis e com as políticas, planos e procedimentos internos;
- i) Avaliar o potencial impacto de alterações ao enquadramento legal e regulamentar na atividade da Planicare;
- j) Identificar e avaliar o risco de cumprimento.

B.13 COMITÉS

É importante destacar a existência de diferentes comités na Companhia, nos quais a organização assenta ou assentará grande parte do processo de tomada de decisão.

Os comités existentes na Planicare, a 31 de dezembro de 2021, são:

Comité de Risco

O Comité de Risco é o órgão que tem como objetivo supervisionar o perfil de risco global e aconselhar a Comissão Executiva sobre possíveis estratégias de risco a ser seguida pela Companhia.

Comité de Produto

O Comité de Produto tem como principal missão a coordenação do lançamento de produtos da Companhia, assegurando o alinhamento da nova oferta e a oferta existente com o planeamento estratégico e o apetite ao risco da Companhia definido pela Comissão Executiva. Não obstante ter como foco principal a revisão de propostas de produtos e de atribuição de preços, é igualmente responsável pela avaliação das tendências de mercado e proceder a recomendações que devem ser consideradas em futuras propostas de produtos e atribuição de preços, contribuindo para o crescimento e aumento da rendibilidade do negócio, em linha com os planos de negócio da empresa.

Estes comités constituem um instrumento essencial do processo de preparação da tomada de decisão, relativamente à identificação do risco e sua monitorização.

B.14 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A Planicare alinha a sua Política de Remunerações com as melhores práticas do mercado, no sentido de assegurar uma gestão sã e prudente que não incentive a prossecução de riscos excessivos ou desajustados ao perfil de risco e/ou à estratégia definida pela Planicare.

Nesta Política encontram-se previstos os princípios e a estrutura da remuneração dos sujeitos abrangidos, os respetivos critérios de avaliação, as componentes da retribuição e, em especial, a ponderação entre parte fixa e variável.

Os critérios para o estabelecimento da componente fixa da remuneração serão fundamentados principalmente na experiência profissional relevante e na responsabilidade organizacional das funções do membro do órgão social ou colaborador, e devem resultar na atribuição de uma remuneração fixa equivalente a uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de evitar uma dependência excessiva relativamente à parte variável da remuneração e de permitir a definição de uma política totalmente flexível relativa a esta componente, incluindo a possibilidade de não pagamento da mesma.

Os critérios para o estabelecimento da componente variável da remuneração apurar-se-ão através da combinação da avaliação do desempenho do membro do órgão ou colaborador e do respetivo cumprimento das funções para além do exigido, considerando-se critérios de natureza financeira e não financeira, e do desempenho sustentável e adaptado ao risco da Planicare com os resultados globais da Planicare.

Remuneração do Conselho de Administração

Os membros não executivos do Conselho de Administração (que não integram a Comissão Executiva) não auferem remuneração, fixa ou variável, nem quaisquer benefícios.

Remuneração dos Colaboradores Relevantes

A remuneração total dos Colaboradores Relevantes é fixada pela Comissão Executiva, de acordo com as políticas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração em matéria de pessoal.

A remuneração fixa é definida de acordo com os critérios previstos na secção 4 da Política de Remuneração e no instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável.

A atribuição de remuneração variável dependerá da ponderação dos critérios plasmados na secção 4 da Política de Remuneração e rege-se pelas seguintes disposições:

- i. Esta componente da remuneração, quando existente, não deverá representar, em média, mais de 30% da remuneração total anual;
- ii. A decisão de atribuição de remuneração variável e a ponderação dos critérios para a fixação do respetivo valor, incluindo a avaliação do desempenho do Colaborador Relevante, cabem à Comissão Executiva;
- iii. A componente variável da remuneração das pessoas responsáveis por funções-chave é independente do desempenho das unidades operacionais e áreas que são submetidas ao seu controlo;
- iv. O pagamento da remuneração variável poderá ser diferido no tempo por um prazo máximo de cinco anos.

Os Colaboradores Relevantes terão ainda direito aos benefícios sociais previstos no instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável, com condições comuns a todos os trabalhadores da Planicare, nomeadamente:

- i. Plano individual de reforma, nos termos previstos no instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável, com condições comuns a todos os trabalhadores da Planicare. A primeira contribuição da Planicare para este plano verificar-se-á no ano seguinte àquele em que o Colaborador Relevante complete dois anos de prestação de serviço efetivo (“Período de Carência”) na Planicare. No entanto, se o Colaborador Relevante tiver cumprido, parcial ou totalmente, o Período de Carência ao serviço de outra entidade abrangida pelo mesmo instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, esse período contar-se-á para efeitos de atribuição do benefício na Planicare, o que determinará uma antecipação do momento de realização da primeira contribuição;
- ii. Seguro de saúde que cubra os riscos de internamento e ambulatório; e
- iii. Seguro de vida que cubra os riscos de morte ou de reforma por invalidez.

Remuneração do Revisor Oficial de Contas

A remuneração atribuída ao Revisor Oficial de Contas consiste nos honorários fixos negociados anualmente, de acordo com o regime legal, e aceites pela Comissão Executiva.

B.15 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações a realizar entre a Planicare e entidades que com eles estejam em qualquer relação são objeto de apreciação e de deliberação pelo órgão de Administração, estando estas operações sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

A informação sobre as transações com partes relacionadas encontra-se nas Notas às Demonstrações Financeiras (Nota 21) do Relatório e Contas Individual.

B.16 AVALIAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

A Planicare considera que o seu sistema de governação é adequado face à natureza, dimensão e complexidade da atividade e dos riscos a que está exposta.

Adicionalmente, a Companhia monitoriza de forma contínua a adequação do sistema de governação face à dimensão e complexidade da atividade e, se relevante, procede a quaisquer alterações que venham a ser necessárias.

B.2 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO E IDONEIDADE

A Política de Seleção e Avaliação da Planicare, enquadrada no disposto nos artigos 65.º e 66.º do RJASR, reconhece o papel determinante dos membros dos titulares dos órgãos de administração e demais pessoas que dirijam efetivamente a empresa, de fiscalização, diretores de topo, responsáveis e titulares de funções-chave para garantir, em permanência, uma gestão sã e prudente da Companhia. Neste contexto, a Política visa garantir que o processo de seleção e avaliação dos destinatários é desenvolvido de acordo com os critérios legais aplicáveis, visando a salvaguarda da Planicare, dos seus tomadores de seguro e segurados.

A Política inclui:

- a) Identificação dos responsáveis na empresa pela avaliação da adequação;
- b) Descrição dos procedimentos de avaliação adotados;
- c) Requisitos de adequação exigidos;
- d) Regras sobre prevenção, comunicação e sanção de conflitos de interesses;
- e) Indicação dos meios de formação profissional disponibilizados;
- f) Descrição das situações suscetíveis de desencadear um processo de reavaliação dos requisitos de adequação.

Na avaliação da adequação dos destinatários, é verificado, em especial, o cumprimento dos requisitos de idoneidade, qualificação profissional, independência, disponibilidade e capacidade.

A avaliação dos membros ou candidatos a membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como a

avaliação coletiva destes órgãos, é realizada sempre que seja feita a nomeação para um mandato ou ainda em situação de reeleição.

Na apreciação da qualificação dos destinatários, deve atender-se às respectivas habilitações literárias, à experiência profissional acumulada e ao perfil comportamental do candidato. Na avaliação das habilitações literárias, deve atender-se à natureza e conteúdo de cursos académicos, cursos de formação especializados e à sua relação com a atividade seguradora. Na apreciação da experiência profissional deve ponderar-se o tipo e duração de funções desempenhadas anteriormente, bem como a dimensão e complexidade das empresas onde tais funções foram desempenhadas. Por fim, na avaliação do perfil comportamental do candidato deve avaliar-se a capacidade de liderança e gestão de equipas, capacidade de análise e decisão, bem como o rigor e prudência.

Na avaliação da qualificação das pessoas que integram órgãos colegiais (conselho de administração e conselho fiscal), a adequação dos candidatos deve ser também aferida em função das qualificações dos demais membros, de forma a garantir que coletivamente o órgão dispões das valências indispensáveis ao exercício das respetivas funções legais e estatutárias.

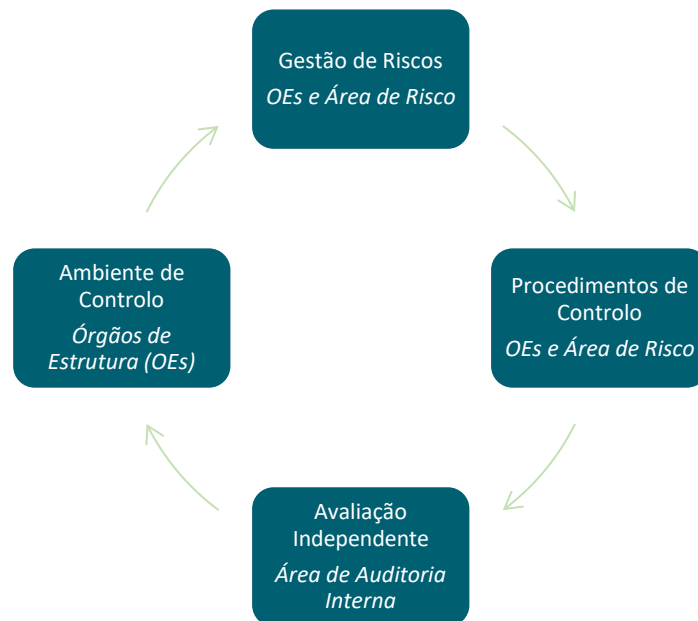
Por fim, na avaliação da independência de qualquer candidato devem ser apreciadas as relações familiares profissionais ou económicas que o mesmo possa ter e que sejam suscetíveis de influenciá-lo de forma indevida ou de potenciar um conflito de interesses. Na avaliação dos candidatos a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, serão neste âmbito também tidos em consideração requisitos adicionais.

B.3 SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCOS COM INCLUSÃO DA AUTOAVALIAÇÃO DO RISCO E DA SOLVÊNCIA

Planeamento e Definição de Objetivos

A *framework* de gestão de risco e controlo interno representa um fator fundamental na gestão e controlo eficaz e eficiente dos riscos a que a Planicare se encontra exposta no seu negócio e nas suas operações, sendo necessário, para a sua devida implementação, o desenvolvimento de uma forte cultura de gestão do risco transversal a toda a organização.

No que respeita à Planicare, o Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno assenta em quatro componentes principais, como ilustrado na seguinte figura:



Ambiente de Controlo: constitui a base do sistema de gestão de risco e controlo interno da Planicare, na medida em que reflete o compromisso dos órgãos de gestão e demais colaboradores perante o mesmo. O Conselho de Administração e a Comissão Executiva desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de uma cultura organizacional assente em metodologias claras de gestão do risco e controlo interno que visem, entre outros, garantir um ambiente de controlo robusto que envolve e responsabiliza todos os seus colaboradores.

Gestão de Riscos: refere-se ao processo de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materiais a que a Planicare se encontra exposta, procurando assegurar que estes se mantêm nos níveis previamente definidos.

Procedimentos de Controlo: O principal objetivo desta componente consiste em selecionar os controlos mais eficazes considerando o nível de tolerância ao risco definido pela Planicare, de forma a garantir que o risco residual que resulte da aplicação dos controlos se encontra abaixo desse valor para a categoria de risco em questão. O objetivo é identificar deficiências nos processos de controlo que permitam adotar medidas corretivas atempadamente.

Avaliação Independente: as avaliações autónomas e independentes executadas pela auditoria interna são particularmente relevantes para aferir da eficácia do sistema de controlo interno.

Identificação e Gestão de Riscos

Um sistema de gestão de risco pretende apoiar e fundamentar o processo de tomada de decisão, sendo capaz de potenciar, tanto no curto como no longo prazo, a capacidade de a Companhia gerir os riscos a que está exposta.

A Direção de Gestão de Risco, um órgão de estrutura de segunda linha de defesa que garante a monitorização e avaliação de gestão de risco e a eficácia do sistema de controlo da Planicare, tendo em conta a *framework* de risco

e controlo interno definidas para a instituição, aconselhando e dando apoio à primeira linha sobre a identificação de riscos e controlos e a sua avaliação.

O seu objetivo passa pela identificação, avaliação, mitigação e monitorização dos riscos a que a Planicare se encontra exposta, garantindo o conhecimento necessário para o seu controlo, através da implementação complementar do sistema de controlo interno. Adicionalmente, o sistema de gestão de risco auxilia na definição do perfil de risco da Planicare.

As atividades a desenvolver pela Função de Gestão de Risco, adicionais às já mencionadas no ponto B1.2.1, enquadram-se na consolidação de matérias relacionadas com os três pilares do regime Solvência II, bem como de aspetos tecnológicos e de certificação da informação produzida neste âmbito. Destacam-se os seguintes:

- a) Elaboração e envio do reporte trimestral e anual dos mapas de reporte quantitativo (*Quantitative Report Templates – QRT*) à ASF, os quais são sujeitos a certificação por Revisor Oficial de Contas (artigos 3.º a 6.º da Norma Regulamentar 2/2017-R);
- b) Reporte à ASF e divulgação do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR) (artigos 3.º e 7.º da Norma Regulamentar 2/2017-R);
- c) Preparação da Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) e reporte à ASF dos seus resultados.

Para o efeito, o Sistema de Gestão de Risco compreende a execução de um processo global e integrado de gestão de risco, tal como ilustrado na figura abaixo:



Identificação de Riscos: A Planicare prevê a existência de um processo sistemático de identificação dos principais riscos junto das diferentes áreas, com vista a identificar e avaliar riscos que possam colocar em causa a concretização dos seus objetivos estratégicos. Desta forma, são identificados os fatores de risco com maior impacto potencial, isto é, que possam originar perdas materiais significativas para a Planicare, podendo também comprometer a sua posição de solvência.

Definição de Indicadores de Risco (KRIs): Para os principais riscos identificados, deverá ser definida uma métrica para medição do risco, denominada KRI (*Key Risk Indicator*). A monitorização destes indicadores permite acompanhar e monitorizar os riscos a que a Planicare se encontra exposta, permitindo tomar decisões para mitigação do risco e delinear planos de ação sempre que existam desvios face ao expectável.

Avaliação de Riscos: Todos os riscos identificados pela Planicare devem ser avaliados qualitativa e/ou quantitativamente e, posteriormente, sistematizados em termos de grau de impacto do evento de risco e de probabilidade de ocorrência do mesmo.

Definição de Perfil de Risco: De forma a averiguar quais os riscos que a Planicare pretende mitigar e para os quais deverá definir um plano de resposta, deverão ser definidos para a Planicare o seu nível de apetite ao risco e de tolerância ao risco.

Execução de processo ORSA (*Own Risk and Solvency Assessment*): No âmbito da gestão de risco, a Planicare executa o processo ORSA, tendo em vista a realização de uma autoavaliação da exposição aos diferentes riscos.

Para os riscos com maior probabilidade de ocorrência e impacto na posição de capital e solvência da Planicare, deverão ser realizados (*stress tests*) para perceber a evolução de solvabilidade da Planicare em cenários de *stress* pré-definidos. Os testes de esforço devem ser validados no âmbito do Comité de Risco da Companhia e aprovados pela Comissão Executiva.

Desenho de Planos de Resposta: Uma vez concluída a etapa de avaliação de riscos e de definição do perfil de risco da Planicare, esta deverá avançar para o desenho das respostas adequadas para garantir que a Planicare não fica exposta a um nível de risco residual (após aplicação dos controlos já existentes) acima do apetite ao risco definido pela Planicare.

Pelo menos anualmente, é efetuado um exercício completo de autoavaliação de riscos e controlos, identificando todos os riscos com que a empresa é confrontada e que colocam em risco a concretização dos objetivos estratégicos para o ano seguinte. Este exercício é efetuado sob a perspetiva *Top-Down*, ou seja, a Comissão Executiva participa de forma ativa no processo de autoavaliação prospetiva dos riscos, incluindo a sua coordenação e a forma como é implementada, e questiona, por fim, os seus resultados. As áreas de risco, atuarial e financeira avaliam todos os possíveis impactos nos riscos e na solvência e propõem possíveis estratégias e soluções para suportar a tomada de decisão.

O Conselho de Administração da Planicare é a entidade responsável pela aprovação das principais linhas de atuação em matéria de Gestão de Risco e supervisiona, de forma permanente, através de indicadores e rácios, a sua exposição ao risco.

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte dentro da Planicare, os diferentes tipos de risco serão agrupados em cinco áreas ou categorias, a saber:

- a) Risco Específico de Seguros;
- b) Risco de Mercado;
- c) Risco Operacional;
- d) Risco de Contraparte;
- e) Risco Estratégico.

B3.1 RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro associado ao desenho e tarifação dos produtos, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Por um lado, trata-se de todos os riscos associados à incerteza da ocorrência dos sinistros bem como do momento dessa ocorrência, por outro, à incerteza associada à própria subscrição do negócio.

O risco específico de acidentes e doença contempla os seguintes submódulos:

- Riscos de Prêmios e Provisões
- Risco de Descontinuidade

A Companhia tem como objetivo definir um *pricing* adequado em termos de rentabilidade esperada, depois de cobertas todas as suas responsabilidades, que incluem sinistros a pagar, custos com gestão de sinistros, entre outros.

A Planicare teve como principal rede de distribuição, durante o exercício de 2021, o canal direto.

Relativamente à gestão de sinistros, está especificamente atribuída à Área de Operações – Sinistros a responsabilidade de analisar periodicamente os processos de sinistro pendentes de recobro, com vista ao seu encerramento.

B32 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado traduz-se na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos seus ativos financeiros.

O risco de mercado é constituído pelos movimentos adversos no valor dos ativos da Companhia, originando uma divergência entre ativos e responsabilidades, relacionados com variações das taxas de juro, do valor do imobiliário, dos instrumentos financeiros, entre outros.

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado na Companhia estão regulados através da sua Política de Investimentos. Desta forma, visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento da Companhia.

Face à política de investimentos adotada, a Planicare não se encontra exposta ao risco de mercado, uma vez que constituiu apenas depósitos à ordem.

B33 RISCO OPERACIONAL

De acordo com o disposto no do artigo 128.º do RJASR, o requisito de capital para o Risco Operacional reflete os riscos operacionais que não estejam já refletidos nos módulos de risco referidos no artigo 120.º do mesmo diploma legal.

O Risco Operacional pode, assim, resultar da probabilidade de ocorrerem perdas decorrentes da falta de adequação ou de falha nos controlos internos, sistemas ou eventos externos, estando normalmente associado a ocorrências como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas.

No âmbito do regime Solvência II, a sensibilização para a importância do tema da gestão de riscos é cada vez mais proeminente nas empresas de seguros. Deste modo, a metodologia adotada para gestão do risco Operacional passa pelos seguintes pontos:

a) Identificação dos tipos de risco presentes na Companhia;

- b) Elaboração de mapas de risco;
- c) Estabelecimento de planos de ação adequados que permitam reduzir os riscos identificados;
- d) Monitorização constante dos riscos e avaliação permanente do grau de exposição ao risco.

Na avaliação dos riscos operacionais, foram considerados o efeito combinado da probabilidade de ocorrência, da importância de um fator de risco e de um plano de ação, de forma a conseguir-se uma redução dos mesmos.

B34 RISCO DE CONTRAPARTE

O Risco de incumprimento pela contraparte consiste no risco de perda por incumprimento ou deterioração da qualidade creditícia de todas as partes relacionadas com a Companhia, como devedores e tomadores de seguro. Este risco define-se pela maior ou menor probabilidade de uma entidade que emite instrumentos de dívida, constitui depósitos bancários ou é, por qualquer título, devedora não satisfazer o pagamento.

Relativamente à Planicare, o risco existirá nos depósitos feitos junto de instituições bancárias.

O módulo de risco de incumprimento pela contraparte apresentou uma evolução favorável durante o ano de 2021, em resultado das medidas de diversificação adotadas.

B.3.5 RISCO ESTRATÉGICO

A concretização da estratégia da Companhia inicia-se no Conselho de Administração, que define os objetivos estratégicos de alto nível, passando pelos responsáveis de primeira linha de cada Direção, que têm a responsabilidade de delinear planos para atingir esses objetivos.

As decisões estratégicas tomadas pela Companhia assentam em processos, quer de aprovação, quer da sua concretização e acompanhamento adequados aos fatores externos que possam afetar a atividade da Companhia.

Deste modo, a Planicare gere os seus riscos realizando uma gestão integrada de cada um dos processos de negócio e adequando o nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos, tais como a atração de novos clientes.

Devido ao início de atividade da Companhia, o negócio está concentrado ainda num número reduzido de cliente, levando assim a perdas significativas nos casos de cessação antecipada de contratos, motivo pelo qual este foi considerado o risco estratégico mais relevante.

Processo de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA)

A adoção do regime de Solvência II constituiu uma importante etapa no processo de evolução regulamentar europeu, representando, pela sua dimensão e ambição, um importante desafio para todo o setor segurador. O regime Solvência II, tem por base uma visão integrada da gestão de risco, dedicando especial atenção aos diferentes instrumentos de natureza estratégica e operacional.

A Política de ORSA deve fornecer um nível de segurança aceitável à gestão das empresas de seguros sobre o cumprimento dos seus objetivos estratégicos, enquadrados pelo apetite ao risco estabelecido.

Pretende-se que a Política de ORSA, considerando o apetite ao risco definido, proporcione uma visão prospetiva sobre a capacidade do capital disponível suportar diferentes níveis de risco, resultantes, quer de decisões estratégicas, quer de eventuais cenários resultantes de fatores externos, considerando o apetite e a tolerância ao risco definidos pela Companhia.

A Política de ORSA é, assim, um processo integrado na gestão estratégica da empresa, que permite ter, numa base regular, uma visão global sobre todos os riscos relevantes que ameaçam a concretização dos objetivos estratégicos, enquadrados pelo apetite ao risco estabelecido, e as suas consequências em termos das necessidades futuras de capital.

O ORSA deve contribuir também para a promoção da cultura de risco nas empresas de seguros, através da:

- Identificação dos riscos aos quais a Planicare está exposta, incluindo os riscos não considerados na fórmula-padrão;
- Introdução do conceito de capital económico nos processos de gestão;
- Comunicação dos riscos, permitindo aos diversos *stakeholders* a incorporação deste conhecimento na sua tomada de decisões.



No âmbito da gestão de risco, a Planicare executa o processo ORSA, tendo em vista a realização de uma autoavaliação da exposição aos diferentes riscos. Para os riscos com maior impacto na posição de capital e solvência da Planicare, deverão ser realizados cenário de *stress* para perceber a evolução de solvência da Planicare nesses cenários. Os cenários de *stress* devem ser validados no âmbito do Comité de Risco da Companhia e aprovados pela Comissão Executiva.

O exercício de orçamentação que suportou a elaboração do *Business Plan* de suporte ao primeiro exercício ORSA da Planicare foi efetuado em colaboração com a área Financeira e área de Gestão de Risco. Consistiu num processo de recolha, tratamento e análise detalhado da informação quantitativa, tendo em consideração o plano estratégico.

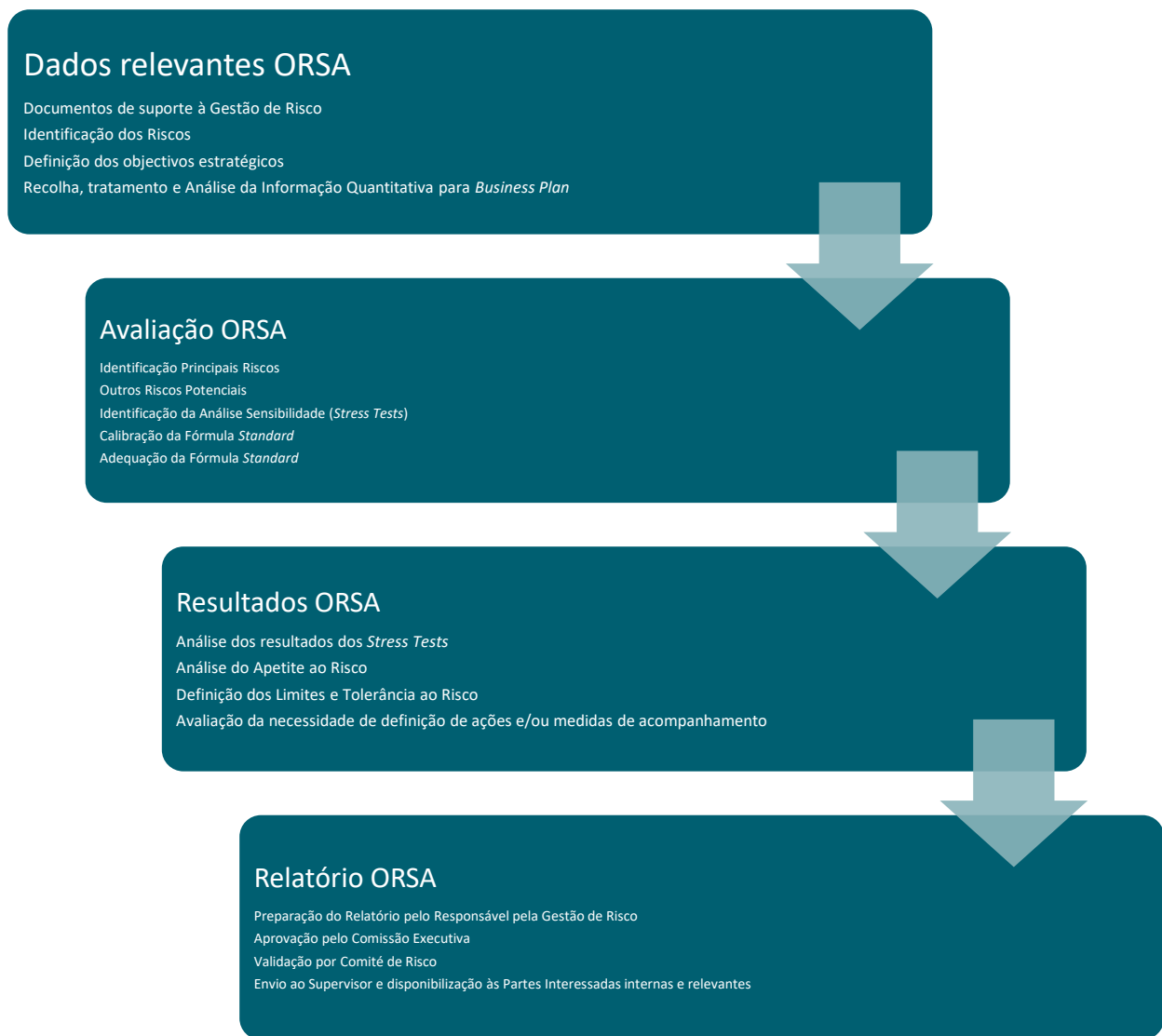
O principal objetivo do exercício de orçamentação é fornecer um conjunto de dados detalhado e estruturado para suportar o cálculo da projeção de risco e capital da Companhia para o próximo ano e ainda para os dois anos subsequentes. Esta informação é, no seu conjunto, informação de índole contabilístico e financeiro.

A área de Gestão de Risco é responsável do ponto de vista operacional e pela produção do relatório ORSA.

À Comissão Executiva compete a aprovação do processo e relatório de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) e a submissão deste ao Regulador e, caso assim o entenda, a outras partes interessadas.

O Conselho de Administração é responsável pela Política de Autoavaliação do Risco e da Solvência, compreendendo no âmbito das suas responsabilidades a aprovação da política, bem como quaisquer alterações à mesma.

Assim, a Planicare, para levar a cabo a autoavaliação prospetiva de riscos, define um processo constituído por quatro etapas, que estabelecem a ordem pela qual as atividades devem ser executadas, garantindo-se que as diferentes dimensões do processo são preparadas e realizadas de forma organizada e que as sinergias existentes são potenciadas.



No relatório ORSA, deverá estar refletida, de forma clara e consistente, uma análise dos principais objetivos estratégicos e de negócio da Planicare, assim como uma apresentação da evolução esperada dos indicadores-chave para a Companhia, tanto ao nível do orçamento como do planeamento estratégico.

De acordo com o artigo 73.º do RJASR e com as “Orientações sobre a Autoavaliação Prospetiva dos Riscos (baseada nos princípios do ORSA)”, emitidas pela ASF a 14 de setembro de 2015, o exercício de ORSA é realizado, com uma periodicidade anual, com o intuito de identificar todos os riscos com que a Companhia é confrontada e que colocam em risco a concretização dos objetivos estratégicos. Este exercício envolve a gestão da operação da Companhia, bem como a Comissão Executiva, que procede à sua revisão e aprovação.

No entanto, pode estar prevista a sua realização com carácter extraordinário em determinadas situações. Deste modo, é definido um processo para a realização de um ORSA Não Regular, fora da calendarização prevista para o processo usual, devendo listar-se na Política os *triggers* que o podem despoletar.

A evolução de cada *trigger* que possa dar origem a um ORSA Não Regular deve ser monitorizada e reportada de forma regular pelo Responsável de Risco. Para otimizar esta monitorização, a Companhia deverá ter em conta métricas quantitativas ou qualitativas para cada *trigger*, que tornem possível identificar os casos de alterações ou desvios significativos.

Adicionalmente, a Comissão Executiva deve decidir, de acordo com os *triggers* definidos mais à frente na

política, acerca da necessidade de realizar um ORSA Não Regular. Caso este se realize, e embora constituindo um exercício mais breve, deve igualmente seguir o fluxo de reporte definido.

Os resultados são analisados, discutidos e aprovados em sessões especialmente dedicadas a esse propósito, que contam com a participação dos membros da Comissão Executiva. Sendo um exercício prospetivo e baseado num conjunto de princípios e pressupostos, pode ainda ser identificada a necessidade de revisão das metodologias ou pressupostos utilizados durante o ORSA para assegurar que os resultados refletem adequadamente a visão da Planicare.

A definição de ações adicionais ou medidas de acompanhamento deve efetuar-se aquando da identificação de insuficiências de capital (conforme estabelecido no artigo 304.º do RJASR). Estas ações e/ou medidas, e de acordo com a sua natureza e nível da insuficiência identificada, podem ter um reflexo imediato sobre os cálculos realizados (por exemplo, alteração do orçamento, da estratégia, da carteira de investimento ou redução dos dividendos) ou ser definidas para ser aplicadas/acompanhadas durante um determinado período de tempo, permitindo assim identificar as medidas que a Companhia pretende tomar, e o respetivo prazo, para mitigar ou corrigir a situação identificada. De forma não exaustiva, estas podem incluir:

- a) Ajuste aos Fundos Próprios;
- b) Ajuste do perfil de risco e necessidades de requisito de capital (SCR);
- c) Alteração da estratégia de negócio.

B.4 SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O sistema de controlo interno da Planicare institui o recurso a controlos como um meio para mitigar o risco ou eventos de risco cujo impacto poderá colocar em causa a atividade da Planicare, sobretudo no caso daqueles situados acima do apetite ao risco definido.

De forma a operacionalizar o modelo de controlo interno e, assim, garantir a eficácia do eventual recurso a controlos, é desenhado o processo global de controlo interno, que compreende as fases de caracterização, implementação, monitorização e avaliação de controlos.



Definição de Controlos

O processo inicial do sistema de controlo interno visa definir e descrever os controlos mais adequados e eficientes para os riscos aos quais a Planicare se encontra exposta e que pretende que sejam mitigados.

Esta fase, cuja responsabilidade será partilhada entre a área funcional responsável pela sua concretização e a área de Risco, deverá ser executado periodicamente ou sempre que se afigure como necessário (por exemplo, devido à deteção de deficiências nos controlos existentes ou a alterações nos processos e novos produtos).

Implementação de Controlos

A definição dos procedimentos e requisitos de implementação, os respetivos testes e entrada em produção são da responsabilidade da área funcional, que deverá beneficiar diretamente da implementação do controlo, sendo que caberá à Área de Risco auxiliar o processo de implementação do controlo, bem como garantir que o início da sua execução decorre conforme planeado.

Monitorização de Controlos

Após implementação dos controlos, a Área de Risco, com o apoio das áreas funcionais, deverá assegurar o acompanhamento contínuo e sistemático a todos os controlos implementados na Planicare, para que possam ser detetadas eventuais anomalias ou deficiências associadas aos mesmos.

Com base na monitorização dos controlos, a Área de Risco deverá assegurar a análise da sua eficácia e eficiência. Após a análise à eficácia e eficiência dos controlos e respetivo registo dos seus resultados, deverão ser atempadamente definidas ações (melhoria do controlo, substituição do controlo ou adição de um novo controlo) que visem corrigir as deficiências e anomalias detetadas.

Avaliação de Controlos

A última etapa do sistema de controlo interno da Planicare remete para a avaliação de controlos, a ser executada pela área funcional ao qual o controlo respeita e, paralelamente, à Área de Auditoria Interna.

O objetivo desta fase passa por avaliar, quanto à sua eficácia e eficiência, os controlos internos implementados, através da medição do desempenho dos controlos; verificação da apropriação das medidas implementadas para a mitigação dos riscos identificados, elaborando relatórios que indiquem o grau de eficácia e eficiência dos controlos executados; e determinação dos benefícios proporcionados pela execução dos controlos.

Descrição e Implementação da Função de Verificação do Cumprimento

A Função de Verificação do Cumprimento é uma função independente que deverá assegurar que a Companhia cumpre as leis, regulamentos, regras internas e políticas, bem como os padrões éticos relevantes. Pretende evitar-se o risco legal e reputacional da Companhia.

A Função de Verificação do Cumprimento é uma estrutura independente em termos funcionais, que desempenha um papel essencial no sistema de controlo interno. Tem como principal missão contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura diretiva e os colaboradores cumpram a legislação, as regras, os códigos e os normativos em cada momento em vigor, externos e internos, por forma a evitar situações de não conformidade que prejudiquem a imagem da Companhia e a sua reputação no mercado.

Existem duas abordagens no âmbito da Função de Verificação do Cumprimento: abordagem baseada em regras e no risco. A abordagem baseada em regras consiste em assegurar que as leis e regulamentos são adequadamente transpostos para procedimentos claros e precisos e são implementados corretamente. A abordagem baseada no risco consiste em identificar e avaliar os riscos de cumprimento e assegurar que são tomadas medidas corretivas

no sentido de minimizar os danos caso os riscos se materializem.

B.5 FUNÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna é uma função independente na estrutura da Companhia que apoia a Comissão Executiva no desempenho dos seus deveres, proporcionando segurança razoável acerca dos processos de governação, risco e controlo, incluindo relatórios anuais sobre a efetividade do controlo interno. O responsável desta função exerce atividades de monitorização e avaliação e comprova se os mecanismos e processos adotados, em termos de controlo interno, são adequados aos níveis de atividade da Companhia.

A função de auditoria interna é considerada terceira linha de defesa, pois é uma atividade que tem como missão avaliar, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, a eficácia e adequação dos processos da Planicare, bem como a robustez e a continuidade do seu sistema de gestão de riscos e de controlo interno desenhado para mitigar os riscos (presentes e emergentes), de acordo com os objetivos estratégicos, de negócio e operacionais, da Planicare.

A independência, imparcialidade e objetividade da função de auditoria interna é preservada através de diversos mecanismos. Por um lado, as pessoas que exerçam função de auditoria interna não podem acumular qualquer função operacional direta ou exercer autoridade sobre nenhuma das atividades auditadas. Adicionalmente, a pessoa responsável pela função de auditoria interna comunica as conclusões dos seus trabalhos direta e exclusivamente aos Presidentes da Comissão Executiva e do Conselho de Administração.

A atividade de auditoria interna, com o devido rigor na confidencialidade e salvaguarda de documentação e informação, está autorizada ao acesso total, tempestivo, livre e irrestrito a toda e qualquer informação, função, sistema, documento ou registo, instalação física e colaborador da Planicare que seja pertinente para o exercício dos seus trabalhos, exceto aquela que lhe esteja vedada legalmente.

A atividade de auditoria interna manterá um programa de garantia e melhoria contínua da qualidade e eficácia da função, cobrindo todos os aspetos das suas atividades. O programa incluirá uma avaliação da conformidade das atividades de auditoria interna face aos objetivos e metodologia definidos, bem com uma avaliação da eficácia e eficiência da atividade de auditoria interna, identificando oportunidades de melhoria.

Finalmente, encontra-se previsto o acompanhamento pela auditoria interna da aplicação das ações de melhoria propostas, através da produção, sempre que se justifique, de relatórios de *follow-up*.

B.6 FUNÇÃO ATUARIAL

O artigo 76.º do RJASR indica-nos que as empresas de seguros devem dispor de uma função atuarial que coordene, desenvolva e reporte informação de modo a assegurar a adequação das provisões técnicas, a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no seu cálculo e a contribuição para a implementação efetiva do sistema de gestão de riscos.

A função atuarial avalia se as metodologias e os pressupostos utilizados no cálculo das provisões técnicas são adequados para as classes de negócio específicas da empresa e para a forma como a atividade é gerida, tendo em

conta os dados disponíveis.

A função atuarial avalia ainda se os sistemas de tecnologias de informação utilizados no cálculo das provisões técnicas apoiam suficientemente os procedimentos atuariais e estatísticos.

Para efeitos de solvência, a função atuarial tem como funções o cálculo das provisões técnicas, calculando para o efeito a melhor estimativa e a margem de risco.

Neste tipo de cálculo são observados os normativos da ASF, nomeadamente no que respeita à identificação das provisões a constituir e regras de cálculo a observar em cada uma das provisões técnicas.

Adicionalmente, esta função acompanha a avaliação prospetiva das provisões técnicas, avaliando a razoabilidade das mesmas, tendo sempre em conta os objetivos estratégicos assumidos pela Planicare.

A função atuarial deve, na comparação das melhores estimativas com os dados observados, analisar a qualidade das melhores estimativas anteriores e utilizar os conhecimentos obtidos desta avaliação para melhorar a qualidade dos cálculos atuariais. A comparação das melhores estimativas com os dados observados inclui comparações entre valores observados e estimativas subjacentes ao cálculo da melhor estimativa, a fim de tirar conclusões sobre a adequação, a exatidão e a completude dos dados e dos pressupostos utilizados, bem como sobre as metodologias aplicadas para o seu cálculo.

A função atuarial deverá ser desempenhada por um responsável com conhecimentos suficientes da área, na medida em que são ponderados os conhecimentos de matemática atuarial e financeira considerando a natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à atividade e ainda a experiência adquirida relativamente às normas aplicáveis.

B.7 SUBCONTRATAÇÃO

B.7.1 POLÍTICA DE SUBCONTRATAÇÃO

A Política de subcontratação estabelece os procedimentos e regras a observar pela Planicare quanto à subcontratação de funções ou atividades de seguro, em que o prestador de serviços realiza, diretamente ou mediante nova subcontratação, um processo, serviço ou atividade que de outra forma seria realizado pela própria empresa de seguros.

O cumprimento dos serviços objeto de subcontratação será acompanhado de perto pelo Conselho de Administração e/ou pela Comissão Executiva, com o objetivo de controlar o cumprimento da legislação em vigor e mitigar os riscos operacionais decorrentes da subcontratação de serviços.

No âmbito da subcontratação de funções ou atividades fundamentais, a Planicare deverá adotar as medidas necessárias para assegurar que são cumpridas as condições e princípios estabelecidos na Política de Subcontratação.

B.7.2 FUNÇÕES/ATIVIDADES SUBCONTRATADAS

Identifica-se na Planicare um conjunto de funções ou atividades consideradas fundamentais que se encontram

subcontratadas, relacionadas com áreas não *core* do negócio, nomeadamente contabilidade, tecnologias de informação e *call-centers*. Adicionalmente, e como já foi mencionado, a função atuarial também se encontra em regime de subcontratação. Os prestadores destes serviços e funções encontram-se domiciliados em Portugal.

B.8 EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A Companhia considera que o seu sistema de governação é adequado face à natureza, dimensão e complexidade dos riscos a que está exposta, cumprindo os requisitos previstos no Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora.







C PERFIL
DE RISCO



PERFIL DE RISCO

A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos. Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida, à sua avaliação.

As políticas de Gestão de Risco e outros relatórios de natureza qualitativa constituem uma importante fonte de informação acerca dos riscos a que a Companhia está exposta, das características do seu sistema de gestão de risco e dos processos internos. A recolha destes documentos será igualmente relevante para a identificação de limites, métricas e reportes requeridos e produzidos no âmbito das diferentes políticas de risco da Companhia e que, conseqüentemente, possam servir de suporte ao processo.

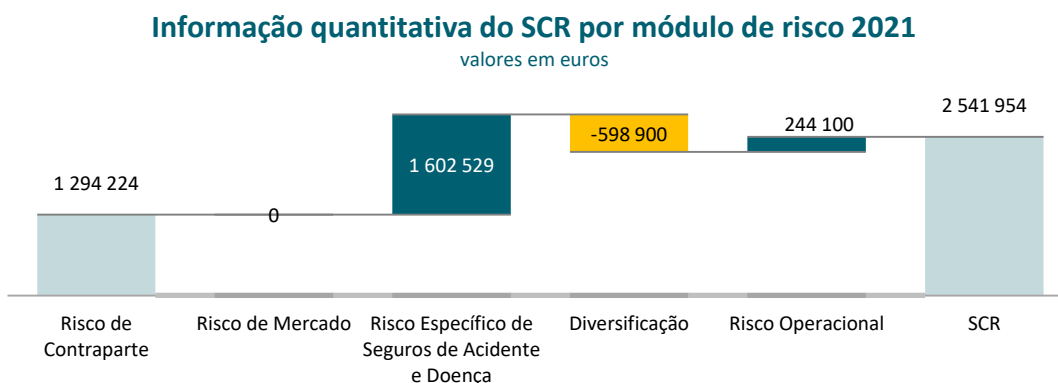
A identificação dos principais riscos a que a Companhia se encontra exposta é outro dado relevante para o sistema de gestão de risco em geral. Este permite não apenas apoiar o processo de identificação dos testes de esforço a efetuar, mas também contribuir para o processo de avaliação do perfil de risco da Companhia, tendo em consideração o processo de identificação e avaliação do tipo e da amplitude dos riscos existentes.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo de seguida à sua avaliação. De forma a averiguar quais os riscos que a Planicare pretende mitigar e para os quais deverá definir um plano de resposta, deverão ser definidos para a Planicare o seu nível de apetite ao risco e de tolerância ao risco. A Planicare entende os conceitos de apetite ao risco como sendo o montante máximo de risco que a Planicare está disposta a aceitar para cada categoria e subcategoria de risco. Conseqüentemente, se um determinado risco se situar acima do montante máximo aceite pela Planicare, então deverá ser realizado um plano de resposta imediata a esse risco, que deverá incluir medidas de mitigação do mesmo.

Por sua vez, a tolerância ao risco determina o nível de risco a partir do qual deverá ser definido um plano de resposta para mitigar um determinado risco identificado. Este valor é inferior ao apetite ao risco e o plano de resposta não tem necessariamente de produzir efeitos no imediato.

A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia realiza uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

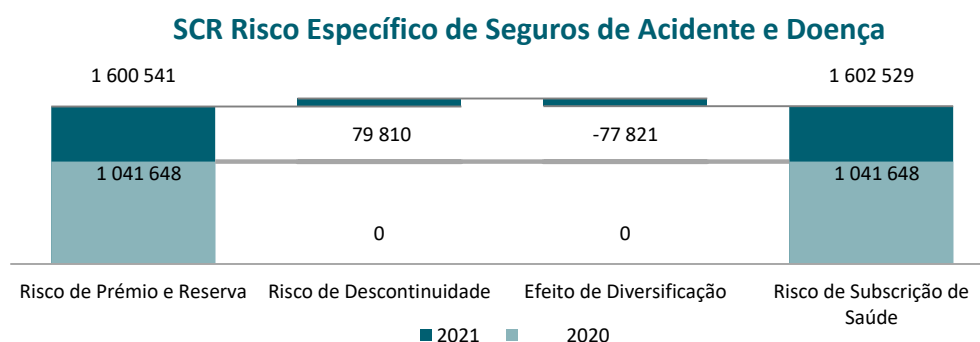
Assim, o cálculo do requisito de capital de solvência (SCR) da Planicare, a 31 de dezembro 2021, é o seguinte:



Podemos, assim, concluir que é o Risco Específico de Seguros é o que se destaca no exercício de 2021, situando-se em 1.602 milhares de euros.

C.1 RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro associado ao desenho e tarifação dos produtos, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Trata-se de todos os riscos associados à incerteza da ocorrência dos sinistros bem como do momento dessa ocorrência, por um lado, e à incerteza associada à própria subscrição do negócio (incremento de despesas ou ocorrência de anulações das apólices).



Detalhadamente, o risco de subscrição Saúde, contempla os riscos de prémios, provisões e o risco de descontinuidade.

O risco de prémios é o risco que pretende captar riscos associados com a ocorrência de sinistros futuros e onde os prémios possam não ser suficientes para cobrir todas as responsabilidades.

O risco de provisões está relacionado com os sinistros em curso, resultante de flutuações no montante dos benefícios e das despesas de gestão desses sinistros. O risco de descontinuidade está relacionado com a perda de lucros associada a mais cessações antecipadas de contratos do que o esperado.

O Risco de Subscrição de Saúde a 31 de dezembro de 2021 ascendeu a 1.602.529 euros.

C.2 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado traduz-se na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da volatilidade dos valores de mercado dos ativos financeiros.

O risco de mercado é constituído pelos movimentos adversos no valor dos ativos da Companhia, originando uma divergência entre ativos e responsabilidades, relacionados com variações das taxas de juro, do valor do imobiliário, dos instrumentos financeiros, entre outros.

Com efeito, o módulo de risco de mercado é composto pelos seguintes módulos:

- Risco de taxa de juro

- Risco acionista
- Risco de spread
- Risco cambial
- Risco Imobiliário
- Risco de concentração

No final de 2020 a Planicare não se encontrava exposta ao risco de mercado, situação que, de acordo com a Política de Investimentos adotada, se manteve no final de final de 2021.

C.3 RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito consiste no risco de perda por incumprimento ou deterioração dos níveis de crédito, por incumprimento (*default*) ou de alteração da qualidade creditícia (*rating*) de todas as partes relacionadas com a Companhia, como os devedores e tomadores de seguro.

Não obstante a diversificação dos depósitos à ordem (Tipo I) em instituições com melhor qualidade creditícia, este risco, em 2021, registou um crescimento de 495.805 euros para 1.294.224 euros em resultado do crescimento do volume de negócios e, portanto, da maior exposição.

Esta evolução tem também subjacente a preferência da Companhia por liquidez, e por conseguinte aplicação dos montantes em depósitos à ordem.

Com efeito, a exposição a instituições com *rating* BB passou a representar 44% do total de depósitos à ordem, estando aplicado cerca de 3,4 milhões de euros em instituições com *rating* BBB e cerca de 2 milhões de euros com *rating* A, ou seja, o equivalente a 30% e 26%, respetivamente, do total de depósitos à ordem.

<i>Rating</i>	2021 (%)	2020 (%)
BB	44%	18%
BBB	30%	40%
A	26%	42%

C.4 RISCO DE LIQUIDEZ

Existe Risco de Liquidez numa Companhia quando os ativos existentes não são suficientemente líquidos para permitir cumprir as obrigações assumidas com tomadores de seguro e outros credores.

No caso da Planicare, este risco está mitigado pelos seguintes factos:

- A Companhia só constituiu depósitos à ordem;
- Os passivos financeiros da Companhia são de curto prazo.

C.5 RISCO OPERACIONAL

O Risco Operacional trata-se de perdas resultantes da inadequação ou falha nos processos ou sistemas ou da ocorrência de eventos externos.

O requisito de capital para este risco é calculado de acordo com o artigo 204.º do Regulamento Delegado 2015/35.

No sentido de avaliar o risco operacional da Companhia, é recolhida informação quantitativa sobre os riscos identificados e é efetuada uma avaliação do sistema de controlo interno.

Trata-se do módulo de risco com menor peso no conjunto dos riscos avaliados pela Companhia, tendo, todavia e em resultado do aumento da exposição, registado um aumento comparativamente com o ano de 2020, em linha com o crescimento de volume de prémios, que continua ser o *driver* para cálculo deste módulo.

No ano de 2021, o risco operacional quantificou-se em 244.100 euros por comparação com os 114.266 euros registados em 2020.

C.6 OUTROS RISCOS MATERIAIS

Pelo menos anualmente, é efetuado um exercício completo de autoavaliação de riscos e controlos, identificando todos os riscos com que a empresa é confrontada e que colocam em risco a concretização dos objetivos estratégicos para o ano seguinte. Este exercício é efetuado sob a perspetiva *Top-Down*, ou seja, a Comissão Executiva participa de forma ativa no processo de autoavaliação prospetiva dos riscos, incluindo a sua coordenação e a forma como é implementada, e questiona, por fim, os seus resultados.

Outros riscos abrangem fatores internos e externos que podem afetar a capacidade da Planicare de cumprir o seu atual plano de negócios e posicionar-se para atingir o crescimento contínuo e a criação de valor.

Os riscos seguintes são reconhecidos pela Companhia como potencialmente materiais:

C.6.1 RISCO DE REPUTAÇÃO

O risco de reputação é o risco de perda pelo decréscimo do número de oportunidades de financiamento, decorrentes da perceção desfavorável da imagem da Companhia por parte de clientes e diferentes *stakeholders*. Este risco pode ter um impacto significativo no valor atual da Companhia pelo potencial aumento do número de cessações antecipadas de contratos de seguro, podendo ainda colocar em causa a manutenção de novos clientes e o interesse de novos clientes.

A Gestão do Risco de Reputação da Companhia centra-se, fundamentalmente, na função de gestão das reclamações de clientes, onde se inclui a disponibilização de informação de gestão para os responsáveis das diversas áreas da Companhia e Comissão Executiva.

C.6.2 RISCO ESTRATÉGICO

A concretização da estratégia da Companhia inicia-se no órgão de administração, que define os objetivos estratégicos, passando pelos responsáveis de primeira linha de cada área, que têm a responsabilidade de delinear planos para atingir esses objetivos.

As decisões estratégicas tomadas pela Companhia assentam em pressupostos adequados aos fatores externos que possam afetar o desenvolvimento da atividade da Planicare.

Deste modo, a Planicare gere os seus riscos realizando uma gestão integrada de cada processo de negócio e adequando o nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos, tais como a atração de novos clientes.

De salientar ainda que a Companhia beneficia de uma infraestrutura tecnológica contra possíveis ataques aos seus sistemas que, pela sua dimensão e natureza, tem instituídas medidas de segurança reforçadas, realizando-se ainda testes periódicos.

C.6.3 RISCO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

A Planicare, como qualquer outra empresa de seguros a operar em Portugal, pode estar exposta a potenciais eventos que possam comprometer a continuidade do negócio da Companhia. Não obstante, este risco não é classificado como elevado.

De realçar que, na análise deste risco, dever-se-á ter em conta a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas como consequência de centrar o desenvolvimento da sua atividade num determinado setor, área geográfica ou clientes específicos.

Com efeito, um dos pilares estratégicos da Companhia consiste em alargar a oferta de produtos e segmentos de mercado, indo ao encontro das necessidades das populações alvo, aumentando a taxa de penetração em diferentes áreas geográficas, contribuindo para o crescimento sustentado da Companhia.

No entanto, em caso de algum evento adverso, tal como incêndio ou terramoto que coloque em causa o desenvolvimento da atividade da Planicare, de acordo com a Política de Continuidade do Negócio, estão definidos um conjunto de procedimentos para mitigar os impactos desse evento adverso.

C.6.4 RISCOS CIBERNÉTICOS

Os ataques cibernéticos são cada vez mais frequentes em todos os setores. Em geral, estes ataques incluem a apropriação de informações estratégicas, a fuga de dados de clientes e a interrupção das atividades da empresa de seguros.

A Planicare pretende ser uma empresa de seguros de cariz digital em praticamente todos os processos do negócio segurador. Deste modo, caso se materialize o risco cibernético, o impacto seria potencialmente elevado.

De salientar ainda que a Companhia beneficia da infraestrutura tecnológica do grupo contra possíveis ataques aos seus sistemas, que, pela sua dimensão e natureza, tem instituídas medidas de segurança reforçadas, realizando-se ainda testes periódicos.

C.7 EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Não aplicável.





D AVALIAÇÃO PARA
EFEITOS DE SOLVÊNCIA

D

AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA

O justo valor é a principal metodologia de avaliação do balanço de Solvência II, que é o valor pelo qual um ativo poderia ser trocado, um passivo liquidado ou um instrumento de património concedido trocado entre partes conhecedoras e com interesse no negócio, numa transação em condições normais de mercado.

As diferenças de avaliação mais significativas são:

- Os passivos de seguros, bem como os recuperáveis de resseguros nos passivos, têm uma metodologia própria no regime de Solvência II. Desta metodologia resulta um valor diferente de passivos de seguros face aos das normas contabilísticas locais;
- Não reconhecimento dos custos de aquisição diferidos e de ativos intangíveis, se existirem;
- Os imóveis para investimento ou uma carteira de obrigações são reavaliados ao justo valor.

Nos pontos seguintes são detalhados as bases, os métodos e os principais pressupostos usados na valorização das rubricas específicas de Balanço (Ativo e Passivo) e, simultaneamente, as comparações e justificações entre valores em Solvência II e os valores das demonstrações financeiras locais.

O total do ativo e do passivo são apresentados no quadro seguinte:

valores em euros	Solvência II	Contas Locais Estatutárias	Var.
Ativos	7 778 619	8 342 183	-563 564
Passivos	2 364 802	2 870 293	-505 490
Fundos Disponíveis	5 413 817	5 471 890	-58 073

D.1 ATIVOS

As avaliações dos ativos podem ser estratificadas nas seguintes classes-tipo:

- Ativos Intangíveis;
- Impostos diferidos;
- Ativos financeiros;
- Outros Ativos Tangíveis;
- Recuperáveis de Resseguro;
- Outros Ativos.

O valor dos ativos da Planicare a 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

valores em euros	Solvência II	Contas Locais Estatutárias	Var.
Ativos Intangíveis	0	579 001	-579 001
Impostos diferidos	27 941	12 504	15 437
Ativos Financeiros	0	0	0
Outros Ativos Tangíveis	26 465	26 465	0
Recuperáveis de Resseguro	0	0	0
Outro Ativos	7 724 213	7 724 213	0
Ativos	7 778 619	8 342 183	-563 564

D.1.1 ATIVOS INTANGÍVEIS

Para esta classe de ativo, de acordo com as regras de Solvência II, todos os ativos intangíveis são valorizados a zero. Sob GAAP local, a Companhia valoriza os seus ativos intangíveis pelo custo amortizado (se prazo de vida finito) ou pelo custo histórico menos qualquer imparidade (se prazo de vida indefinido).

D.1.2 IMPOSTOS DIFERIDOS

De acordo com as regras de Solvência II, a valorização segundo o balanço económico é baseada na diferença entre o valor dos ativos e passivos subjacentes no balanço económico, entre contas estatutárias e de Solvência II com a base fiscal do balanço.

Os princípios da IAS 12 são aplicados na valorização dos impostos diferidos. Apenas será considerado como imposto diferido se a probabilidade de obter lucros futuros compensar estes valores.

D.1.3 ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia, em 31 de dezembro de 2021, não tinha em carteira nenhum ativo, pelo que o impacto é nulo.

A metodologia base de avaliação no balanço de Solvência II tem por base o justo valor, que é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e com interesse no negócio, numa transação em condições normais de mercado.

A valorização ao justo valor fundamenta-se num dos níveis apresentados de seguida:

- **Nível 1:** valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers';
- **Nível 2:** valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;
- **Nível 3:** valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados. Esta categoria inclui:
 - (i) os ativos financeiros detidos para negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
 - (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.
- b) Ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que:

- (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado;
- (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- (iii) não se enquadram nas restantes categorias.

D.1.4 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O justo valor dos outros ativos tangíveis, mensurados ao custo amortizado, é analisado como segue:

valores em euros	Solvência II	Contas Locais Estatutárias	Var.
Em instalações interiores	0	0	0
Em equipamento administrativo	0	0	0
Outros Ativos Tangíveis	26 465	26 465	0
Outros Ativos Tangíveis	26 465	26 465	0

Não foram identificadas diferenças entre o valor estatutário e o valor no balanço económico, uma vez que ambos estão considerados ao custo amortizado para as rubricas apresentadas.

D.1.5 RECUPERÁVEIS DE RESSEGURO

Como a Companhia em 31 de dezembro de 2021 não tinha celebrado qualquer contrato de resseguro, o impacto nesta rubrica é nulo.

D.1.6 OUTROS ATIVOS

O justo valor dos outros ativos mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

valores em euros	Solvência II	Contas Locais Estatutárias	Var.
Devedores por operação de seguro direto, resseguro e outros	15 009	15 009	0
Caixa e Disponibilidades	7 704 441	7 704 441	0
Acréscimos e Diferimentos	4 763	4 763	0
Outros Ativos	7 724 213	7 724 213	0

Não foram identificadas diferenças entre o valor estatutário e o valor no balanço económico, uma vez que ambos estão considerados ao custo amortizado para as rubricas apresentadas.

D.1.6.1 DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRETO, RESSEGURO E OUTROS

É utilizado o método do custo amortizado devido à imaterialidade da diferença entre o custo amortizado e o justo valor pelo curto prazo destes ativos. Se apropriado, é aplicado o método da melhor estimativa para as contas a receber de resseguro.

D.1.6.2 CAIXA E DISPONIBILIDADES

A valorização deste ativo é baseada nos preços de mercado, consistente com a regra das Contas Locais Estatutárias, pelo que não se regista qualquer ajustamento.

D.1.6.3 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

É utilizado o método do custo amortizado devido à imaterialidade da diferença entre o custo amortizado e o justo valor, pelo curto prazo destes.

D.2 PROVISÕES TÉCNICAS

D.2.1 PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS

O valor das provisões técnicas em Solvência II é igual à soma da melhor estimativa das responsabilidades e da margem de risco, conforme estipulado no Regulamento Delegado 2015/35.

As Provisões Técnicas são determinadas de forma separada, dentro dos seguintes âmbitos parcelares:

- Provisão para Sinistros
- Provisão para Prémios.

A melhor estimativa da Provisão para Prémios foi calculada com recurso à curva de taxa de juro, disponibilizada pela EIOPA.

A melhor estimativa da Provisões para Sinistros deverá corresponder às indemnizações expectáveis no tempo, de acordo com modelos atuariais, incluindo os custos com gestão de sinistros.

O horizonte temporal usado no cálculo da melhor estimativa é o tempo de vida útil completo das responsabilidades à data da avaliação. A determinação da vida útil da carteira baseia-se nos limites dos contratos e nos pressupostos sobre quando é que estas responsabilidades podem ser liquidadas, canceladas ou expiradas.

Os limites dos contratos são definidos nas especificações técnicas da EIOPA nos seguintes termos:

- Nos casos em que a seguradora tem o direito unilateral de terminar o contrato, um direito unilateral de rejeitar os prémios pagos sob o contrato ou uma capacidade ilimitada de alterar os prémios ou benefícios a pagar ao abrigo do contrato em algum momento do futuro, qualquer obrigação que esteja relacionada com coberturas de seguro ou de resseguro, e a qual tenha sido fornecida pela companhia de seguros após essa data, não pertence ao contrato existente;
- Quando a seguradora tem o direito unilateral de terminar o contrato ou unilateralmente rejeitar os prémios ou a capacidade ilimitada de alterar os prémios ou benefícios relacionados unicamente com uma parte do contrato, o princípio acima definido deverá ser aplicado apenas a essa parte;

- Todas as outras obrigações relacionadas com os termos e condições do contrato.

O desconto dos fluxos de caixa é efetuado para todas as entradas e saídas relevantes de fluxos de caixa (por exemplo, prémios e sinistros pagos). De modo a simplificar o processo, espera-se que os fluxos de caixa aconteçam no meio do ano.

Este processo é realizado trimestralmente sobre os dados anualizados, sendo o desconto efetuado com base nas curvas de taxa de juro indicadas pela EIOPA, a cada momento.

A melhor estimativa é reconhecida bruta de resseguro, sem dedução dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro. Os montantes recuperáveis de resseguro, quando aplicáveis, são reconhecidos separadamente (ponto D.1.5).

D.2.2 PROCEDIMENTOS

D.2.2.1 CÁLCULO DA MELHOR ESTIMATIVA DA PROVISÃO PARA SINISTROS

Entende-se que a melhor estimativa das provisões inerentes a sinistros deverá corresponder às indemnizações expectáveis no tempo, de acordo com modelos probabilísticos, e, bem assim, aos custos de gestão de sinistros, administrativos e com investimentos.

No final de 2021, e apesar do curto histórico, o *input* para efeito de cálculo da melhor estimativa da provisão para sinistros foi obtido através da construção de matrizes de *run-off* por mês de ocorrência, o que permite obter informação significativa dada a curta duração das responsabilidades da Companhia, no ramo Saúde.

D.2.2.2 CÁLCULO DA MELHOR ESTIMATIVA DA PROVISÃO PARAPRÉMIOS

Na avaliação da provisão para prémios, consideraram-se os prémios futuros que obedecem às regras estabelecidas no *contract boundary*. Esta provisão recai sobre os sinistros que irão ocorrer no futuro, mas cujo risco a priori já foi aceite.

Os custos com sinistros estimados resultam da aplicação do rácio combinado aos prémios futuros, incluindo custos com investimentos. A forma de repartição dos mesmos, por ano de pagamento, resulta da aplicação de modelos atuariais.

D.2.2.3 MARGEM DE RISCO

A margem de risco é determinada aplicando o método do Custo de Capital, cuja taxa é de 6%. Utilizou-se a simplificação que consta da alínea a) do artigo 58.º do Regulamento Delegado 2015/35, que corresponde à aproximação do SCR(t) para cada ano futuro, aplicando o rácio da melhor estimativa nesse futuro à melhor estimativa à data da avaliação (Método 2).

D.2.3 COMPARAÇÃO ENTRE AS PROVISÕES TÉCNICAS SOLVÊNCIA II VERSUS CONTAS LOCAIS ESTATUTÁRIAS

Na tabela seguinte é feita a reconciliação entre as provisões técnicas calculadas com base em Solvência II e Contas Locais Estatutárias:

valores em euros	Solvência II	Contas Locais Estatutárias	Var.
Ramo Saúde	1 469 019	2 085 632	-616 613
Margem de Risco	111 123	0	111 123
Provisões Técnicas	1 580 142	2 085 632	-505 490

Os ajustamentos resultam do facto de as provisões técnicas de Solvência II serem calculadas através de diferentes metodologias quando comparadas com as Contas Locais Estatutárias. As diferenças são assim justificadas:

- Utilização de uma curva de taxa de juro sem risco para desconto dos fluxos de caixa futuros;
- Custos de aquisição, administrativos e com investimento passaram a ser considerados em Solvência II,
- de acordo com o artigo 31.º do Regulamento Delegado 2015/35;
- Diferentes métodos para determinar a melhor estimativa para a provisão para prémios e sinistros;
- Introdução do conceito de margem de risco.

D.2.4 NÍVEL DE INCERTEZA

As provisões técnicas são calculadas segundo várias metodologias determinísticas e estocásticas, permitindo no processo de estimação utilizado quantificar o grau de incerteza ou a variabilidade das estimativas obtidas, assim como estabelecer e quantificar o nível de prudência que se deseja refletir no processo de provisionamento.

D.2.5 MONTANTES RECUPERÁVEIS DE CONTRATOS DE RESSEGURO

A Companhia, em 31 de dezembro de 2021, não era parte em qualquer contrato de resseguro.

D.2.6 IMPACTO DA EXCLUSÃO DO AJUSTAMENTO DE VOLATILIDADE E DA MEDIDA DE TRANSIÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

A Companhia não solicitou à ASF a possibilidade de utilização do ajustamento de volatilidade ou medidas de transição.

D.3 OUTRAS RESPONSABILIDADES

O justo valor dos outros passivos mensurados ao custo amortizado é analisado como segue:

valores em euros	Solvência II	Contas Locais Estatutárias	Var.
Outras Provisões	0	0	0
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	70 392	70 392	0
Passivos por Impostos	396 618	396 618	0
Contas a pagar por operações de seguro direto	46 704	46 704	0
Contas a pagar por outras operações de resseguro	0	0	0
Contas a pagar por outras operações	8 413	8 413	0
Passivo de Locações	21 693	21 693	0
Acréscimos e diferimentos	240 839	240 839	0
Outros Passivos	784 660	784 660	0

Não foram identificadas diferenças entre o valor estatutário e o valor no balanço económico, uma vez que ambos estão considerados ao custo amortizado para as rúbricas apresentadas.

De acordo com o regime Solvência II, a valorização segundo o balanço económico é baseada na diferença entre o valor dos ativos e passivos subjacentes no balanço económico, entre contas estatutárias e Solvência II e a base fiscal do balanço.

D.3.1 OUTRAS PROVISÕES

A valorização destes passivos baseia-se no método da melhor estimativa (ao abrigo da IAS 37), em conjunto com a componente de *expert judgement* e a opinião de consultores legais e fiscais.

D.3.2 PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

O valor tem por base a IAS 19, utilizando o método da unidade de crédito projetada no caso de Planos de Benefícios Definidos.

D.3.2.1 PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

A Companhia terá no futuro um plano de contribuição definida para dar cumprimento às regras definidas nas cláusulas 48.ª e seguintes do contrato coletivo de trabalho entre a APS - Associação Portuguesa de Seguradores e o STAS - Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e outro, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 2, de 15 de janeiro de 2012 (“CCT”).

D.3.2.2 PRÉMIO DE PERMANÊNCIA

De acordo com a cláusula 41.ª do CCT, verificados os requisitos aí mencionados, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de cinco anos de serviço na Companhia, terá direito a receber um prémio único correspondente a 50% do seu ordenado mensal, em expressão monetária ou em espécie (concessão de dias de licença com retribuição).

D.3.3 PASSIVO POR IMPOSTOS

A valorização do Balanço Económico (MCBS) tem como base as diferenças entre os ativos e passivos subjacentes ao balanço e a sua base fiscal. No entanto, os princípios de medição da IAS 12 são aplicados na valorização de ativos por impostos diferidos.

D.3.4 CONTAS A PAGAR POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRETO

É utilizado o método do custo amortizado devido à imaterialidade da diferença entre o custo amortizado e o justo valor, pelo curto prazo destes pagamentos.

D.3.5 CONTAS A PAGAR POR OUTRAS OPERAÇÕES DE RESSEGURO

A valorização deste ativo é baseada nos preços de mercado, consistente com a regra das Contas Locais Estatutárias, pelo que não se regista qualquer ajustamento.

D.3.6 CONTAS A PAGAR POR OUTRAS OPERAÇÕES

É utilizado o método do custo amortizado devido à imaterialidade da diferença entre o custo amortizado e o justo valor, pelo curto prazo destes pagamentos.

D.3.7 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

É utilizado o método do custo amortizado devido à imaterialidade da diferença entre o custo amortizado e o justo valor, pelo curto prazo destes pagamentos.

D.3.8 PASSIVO DE LOCAÇÃO

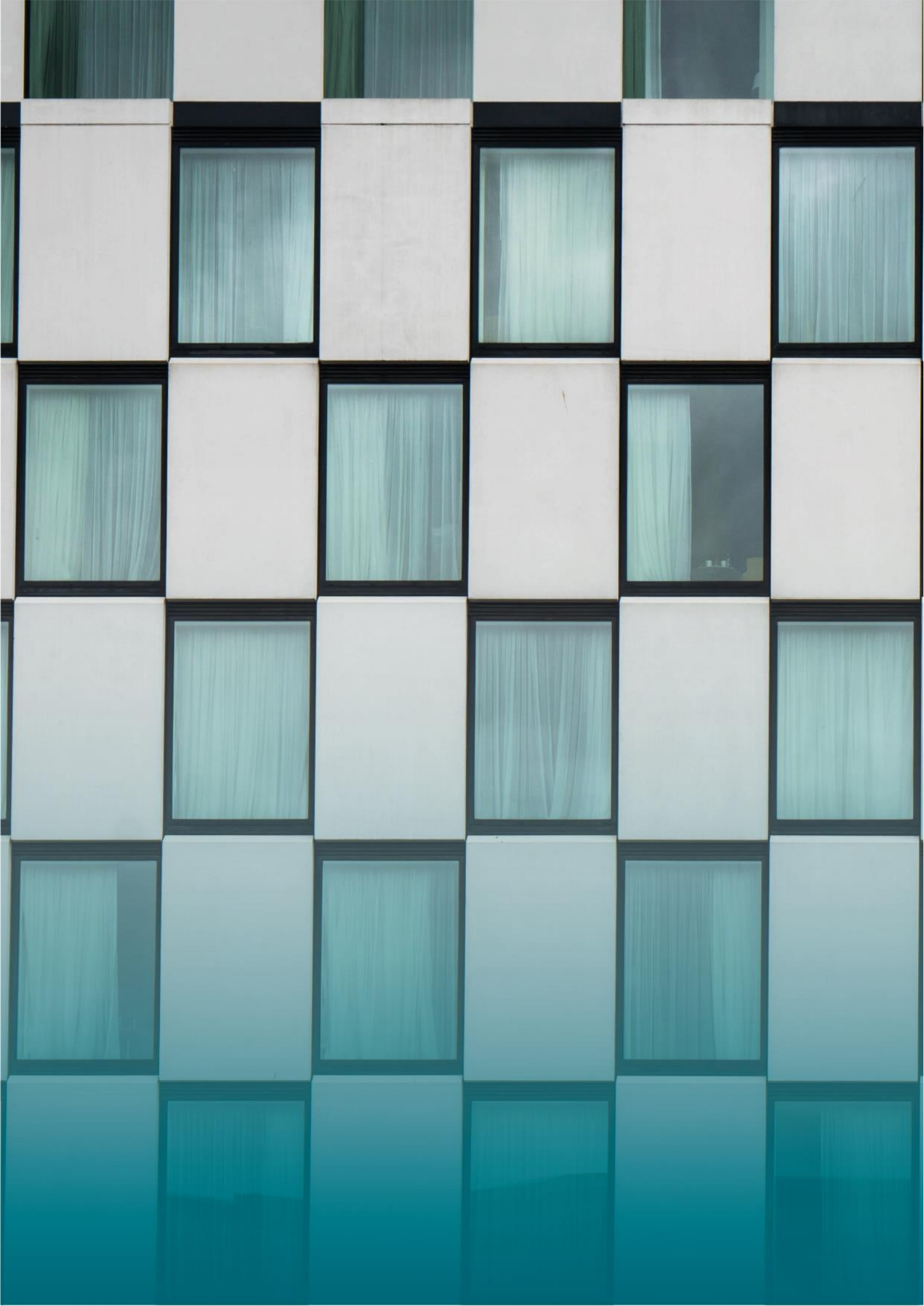
O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato, caso a mesma esteja disponível, caso contrário é usada a taxa de juro incremental. O passivo deverá ser remensurado sempre que existirem alterações no contrato de locação que assim o justifiquem. Quando o passivo de locação é remensurado, a respetiva diferença é contabilizada por contrapartida do ativo de direito de uso, ou é registada em resultados se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

D.4 MÉTODOS ALTERNATIVOS DE AVALIAÇÃO

A Companhia não aplica, em 31 de dezembro de 2021, métodos alternativos de avaliação.

D.5 EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Nada a mencionar relativamente ao exercício em causa.





E GESTÃO
DO CAPITAL



E.1 FUNDOS PRÓPRIOS

E.1.1 GESTÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

A gestão de capital deve estar claramente definida para garantir uma implantação eficiente e eficaz. Esta abordagem deve equilibrar as necessidades e os requisitos das partes interessadas, incluindo acionistas, Supervisores, colaboradores e clientes.

Os objetivos da Planicare no que respeita à gestão de capital deverão ser alcançados através de um processo que é regido por políticas definidas, que vincula o perfil de risco com as necessidades de capital e tem como objetivo a criação de valor.

O principal objetivo do processo de gestão de capital é otimizar a estrutura, composição e alocação do capital da Companhia, de modo a suportar um crescimento futuro rentável e garantindo a viabilidade da política de dividendos corrente.

O exercício ORSA assume um papel fundamental na Gestão de Capital da Companhia, suportando as suas principais atividades, designadamente a avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital. A Planicare monitoriza numa base regular a adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de Capital. Qualquer alteração que ponha em risco a qualidade dos seus fundos próprios será alvo de avaliação e respetiva correção.

Por fim, tanto a autoavaliação do risco e de solvência como o planeamento estratégico anual são fundamentais para a recolha de informação para a adequada realização de previsões e projeções baseadas em eventos específicos.

E.1.2 ESTRUTURA, MONTANTE E QUALIDADE DOS FUNDOS PRÓPRIOS

A disponibilidade dos Fundos Próprios depende da sua classificação em níveis, denominados de *'tiers'*, ou seja, o capital é classificado de acordo com a qualidade de cada uma das suas componentes, como definido no regime Solvência II.

A evolução da composição dos fundos próprios (disponíveis e elegíveis) da Planicare entre 2020 e 2021 é a seguinte:

valores em euros	2021 (Disponíveis)	2021 (Elegíveis)	2020 (Disponíveis)	2020 (Elegíveis)
Fundos Próprios	5 413 817	5 413 817	3 754 208	3 750 022
Tier 1 - unrestricted	5 385 875	5 385 875	3 543 794	3 543 794
Tier 1 - restricted	0	0	0	0
Tier 2	0	0	0	0
Tier 3	27 941	27 941	210 415	206 228

A metodologia da Companhia é a seguinte:

- Tier 1: Todos os outros itens não considerados nos pontos abaixo;
- Tier 2: Empréstimos subordinados com uma determinada maturidade;
- Tier 3: Impostos diferidos ativos.

Existem também limites de representatividade dos Fundos Próprios, em cada um dos níveis (expressos em percentagem do SCR), conforme se mostra nos pontos seguintes:

- 15% como máximo em Tier 3;
- 50% como mínimo em Tier 1;
- 50% como máximo na soma de Tier 2 + Tier 3.

As diferenças entre o capital próprio nas demonstrações financeiras, obtido de acordo com as regras contabilísticas locais (GAAP local), e o excesso de ativos sobre passivos apurados em ambiente de Solvência II (fundos próprios) são maioritariamente explicadas por:

Ajustamento de Ativos:

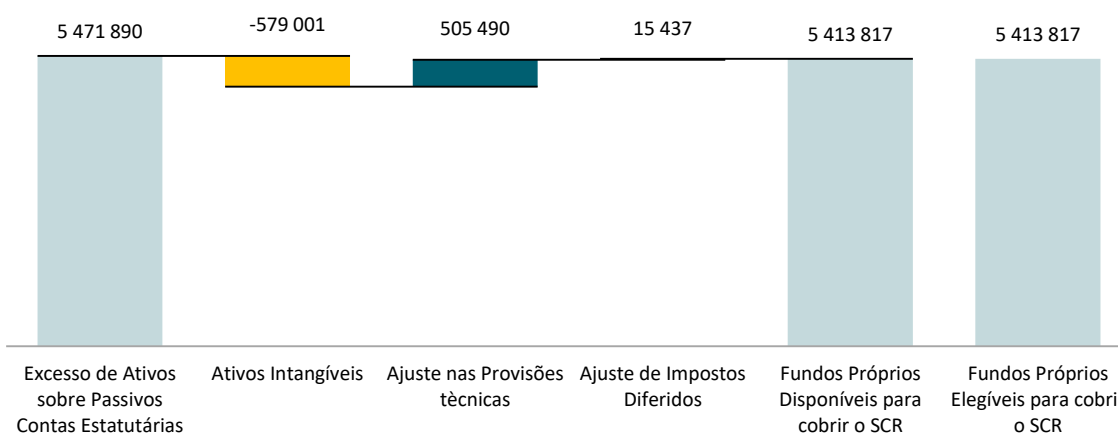
- O não reconhecimento de ativos intangíveis;
- Ajuste nos impostos diferidos.

Ajustamento de Passivos:

- Ajustamento das provisões técnicas de forma a corresponder à soma da melhor estimativa das responsabilidades e da margem de risco, de acordo com as regras de Solvência II.

A explicação destas diferenças de valorização encontra-se em maior detalhe no Capítulo D.

No esquema abaixo é possível verificar as diferenças de valorização que impactam o montante dos fundos próprios a 31 de dezembro de 2021.



Em 2021 não existe diferença entre o valor dos Fundos Próprios Disponíveis e dos Fundos Próprios Elegíveis para cobrir o SCR, dado que os limites quantitativos aplicados aos montantes do *Tier 3*, tal como descrito no artigo 82.º do Regulamento Delegado 2015/35, não são ultrapassados.

O detalhe dos valores dos fundos próprios elegíveis para cobertura dos requisitos de capital pode ser observado no mapa S.23.01.01 em anexo.

E.2 REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA E REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO

Para o cálculo do requisito de capital de solvência, a Planicare aplica a fórmula-padrão prevista nos artigos 119.º a 129.º do RJASR, não utilizando cálculos simplificados nem parâmetros específicos da empresa.

O cálculo do requisito de capital mínimo foi elaborado de acordo com o previsto no artigo 147.º daquele diploma.

No âmbito da adequação de capital em Solvência II, as seguintes medidas são aplicáveis:

- O Requisito de Capital Mínimo (MCR) - O MCR estabelece o patamar mínimo abaixo do qual se considera que o nível de proteção dos tomadores e beneficiários é insuficiente, o que poderá desencadear medidas extremas por parte da autoridade de supervisão. Este requisito deverá situar-se entre os 25% e 45% do SCR.
- O Requisito de Capital de Solvência (SCR) - O SCR mede se uma empresa dispõe de fundos próprios para cobrir os requisitos de capital em função do risco. Caso ocorra insuficiência, quando os fundos próprios elegíveis descem abaixo do SCR, tem que ser definido e submetido ao supervisor um plano de recuperação.

	Valores em euros	31.12.2021	31.12.2020	Var.
Fundos Próprios Elegíveis para cobrir o SCR		5 413 817	3 750 022	44,4%
Requisito de Capital de Solvência (SCR)		2 541 954	1 374 853	84,9%
Rácio de Cobertura do SCR		213,0%	272,8%	-59,8 pt
Fundos Próprios Elegíveis para cobrir o MCR		5 385 875	3 543 794	52,0%
Requisito de Capital Mínimo (MCR)		2 500 000	2 500 000	0,0%
Rácio de Cobertura do MCR		215,4%	141,8%	73,6 pt

No seguimento do crescimento do volume de negócios, o rácio de Cobertura do MCR no final de 2021 registou, comparativamente a 2020, um crescimento de 73,6p.p., evoluindo para 215,4%.

Os Fundos próprios elegíveis para cobrir o MCR aumentaram cerca de 1,8 milhões de euros em igual período.

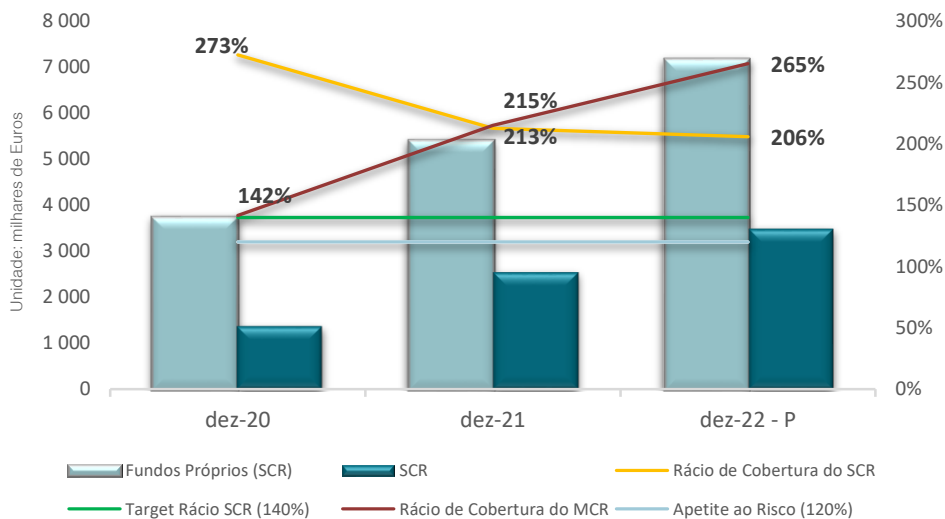
Não obstante a evolução favorável dos Fundos Próprios elegíveis para cobrir o SCR (cresceu 44% relativamente a 2020), o rácio de cobertura do SCR registou uma variação negativa de 59,8 p.p., situando-se no final de 2021 em 213%.

Esta evolução, decorrente do aumento do Requisito de Capital de Solvência, prende-se com o crescimento do volume de negócios e, portanto, pela maior exposição da Companhia, que se traduz em maiores cargas de capital nos módulos de risco de Incumprimentos pela Contraparte e de Risco de Subscrição.

No âmbito do trabalho desenvolvido no exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA), estima-se que o rácio de SCR e MCR no final de 2022 se situe em 206% e 265%, respetivamente.

Refira-se ainda que de acordo com a Circular da ASF n.º 9/2021, de 23 de novembro (“Circular 9/2021”), com o título “revisão dos limiares relevantes para a determinação de grandes riscos e dos montantes do limite inferior absoluto para o cálculo do requisito de capital mínimo das empresas de seguros e de resseguros”, da ASF, os montantes previstos na alínea a) do n.º 3 do artigo 147.º do RJASR, ou seja, para as empresas a operar nos Ramos Não Vida, foram revistos de 2.500.000 euros para 2.700.000 euros. Este novo montante, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2022, está portanto, refletido na projeção do MCR para 2022 acima descrita.

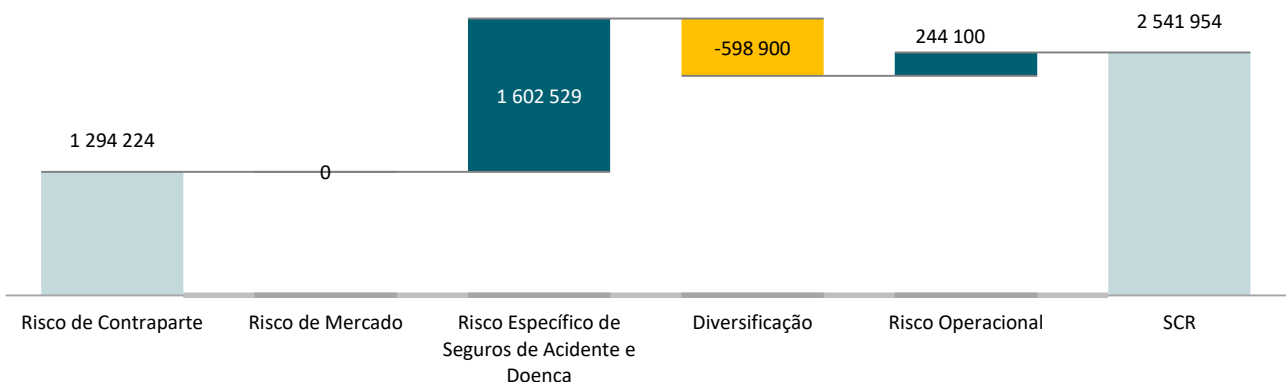
O gráfico seguinte ilustra ainda os targets mínimos de apetite ao risco, tal como descrito na Política de Gestão de Risco no que diz respeito aos 2 principais indicadores de solvência (SCR - Solvency Capital Requirement) e (MCR - Minimum Capital Requirement):



E.2.1 INFORMAÇÃO QUANTITATIVA DO SCR POR MÓDULO DE RISCO

Informação quantitativa do SCR por módulo de risco 2021

valores em euros



E.2.2 INFORMAÇÃO QUANTITATIVA DO MCR

A evolução do MCR entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 é descrita no quadro infra, sendo que, em ambos os anos, se define no limite inferior absoluto:

	valores em euros	31.12.2021	31.12.2020	Var.
MCR Linear		364 297	144 461	152,2%
MCR cap (45% SCR)		1 143 879	618 684	84,9%
MCR floor (25%SCR)		635 488	343 713	84,9%
MCR Combinado = min[max(MCR Linear; MCR floor),MCR cap]		635 488	343 713	84,9%
Limite inferior absoluto		2 500 000	2 500 000	0,0%
MCR		2 500 000	2 500 000	0,0%

O MCR linear foi calculado de acordo com os artigos 250.º e 251.º do Regulamento Delegado 2015/35 com base nos prémios brutos emitidos líquidos de resseguro e na melhor estimativa das provisões técnicas líquida de resseguro por linha de negócio.

A evolução da composição dos fundos próprios de Base para satisfazer o Requisito de Capital Mínimo da Planicare entre 2020 e 2021 é a seguinte:

	valores em euros	2021	2020
Fundos Próprios de Base		5 385 875	3 543 794
Tier 1 - unrestricted		5 385 875	3 543 794
Tier 1 - restricted		0	-
Tier 2		0	-

Relativamente ao MCR, importa ainda referir que, no final de 2021, a ASF publicou a Circular n.º 9/2021, de 23 de novembro (“Circular 9/2021”), com o título “revisão dos limiares relevantes para a determinação de grandes riscos e dos montantes do limite inferior absoluto para o cálculo do requisito de capital mínimo das empresas de seguros e de resseguros”, onde os montantes previstos na alínea a) do n.º 3 do artigo 147.º do RJASR, ou seja, para as empresas a operar nos Ramos Não Vida, foram revistos de 2.500.000 euros para 2.700.000 euros.

Este novo montante entrou em vigor a 1 de janeiro de 2022, não tendo ainda aplicabilidade nos cálculos do presente documento.

E.3 UTILIZAÇÃO DO SUBMÓDULO DE RISCO ACIONISTA BASEADO NA DURAÇÃO PARA CALCULAR O REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA

Não aplicável.

E.4 DIFERENÇAS ENTRE A FÓRMULA-PADRÃO E QUALQUER MODELO INTERNO UTILIZADO

A Planicare não utiliza modelo interno.

E.5 INCUMPRIMENTO DO REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO E INCUMPRIMENTO DO REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA

Não aplicável.

E.6 EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

E.6.1 USO DE MÉTODOS SIMPLIFICADOS

A Planicare não utiliza métodos simplificados.

E.6.2 PARÂMETROS ESPECÍFICOS DA ENTIDADE

Não aplicável.

E.6.3 ACRÉSCIMO DO REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA

Não aplicável.







F ANEXOS

1. MODELOS QUANTITATIVOS

S.02.01.02 - BALANÇO (ATIVO)

ATIVOS	Valor Solvência II	
		C0010
Goodwill	R0010	
Custos de Aquisição Diferidos	R0020	
Ativos intangíveis	R0030	0
Ativos por impostos diferidos	R0040	27 941
Excedente de prestações de pensão	R0050	0
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	R0060	26 465
Investimentos (que não ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação)	R0070	0
Imóveis (que não para uso próprio)	R0080	0
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	R0090	0
Títulos de fundos próprios	R0100	0
Ações — cotadas em bolsa	R0110	0
Ações — não cotadas em bolsa	R0120	0
Obrigações	R0130	0
Obrigações de dívida pública	R0140	0
Obrigações de empresas	R0150	0
Títulos de dívida estruturados	R0160	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	R0170	0
Organismos de investimento coletivo	R0180	0
Derivados	R0190	0
Depósitos que não equivalentes a numerário	R0200	0
Outros investimentos	R0210	0
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0220	0
Empréstimos e hipotecas	R0230	0
Empréstimos sobre apólices de seguro	R0240	0
Empréstimos e hipotecas a particulares	R0250	0
Outros empréstimos e hipotecas	R0260	0
Montantes recuperáveis de contratos de resseguro dos ramos:	R0270	0
Não-vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida	R0280	0
Não-vida, excluindo seguros de acidentes e doença	R0290	0
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida	R0300	0
Vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida, excluindo seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0310	0
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida	R0320	0
Vida, excluindo seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0330	0
Vida, ligado a índices e a unidades de participação	R0340	0
Depósitos em cedentes	R0350	0
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	R0360	7 909
Valores a receber a título de operações de resseguro	R0370	0
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	R0380	7 099
Ações próprias (detidas diretamente)	R0390	0
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou dos fundos iniciais mobilizados mas ainda não realizados	R0400	0
Caixa e equivalentes de caixa	R0410	7 704 441
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço	R0420	4 763
ATIVOS TOTAIS	R0500	7 778 619

S.02.01.02 - BALANÇO (PASSIVO)

PASSIVOS	Valor Solvência II	
		CO010
Provisões técnicas — não-vida	R0510	1 580 142
Provisões técnicas — não-vida (excluindo acidentes e doença)	R0520	0
PT calculadas no seu todo	R0530	0
Melhor Estimativa	R0540	0
Margem de risco	R0550	0
Provisões técnicas — acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida)	R0560	1 580 142
PT calculadas no seu todo	R0570	0
Melhor Estimativa	R0580	1 469 019
Margem de risco	R0590	111 123
Provisões técnicas — vida (excluindo os seguros ligados a índices e a unidades de participação)	R0600	0
Provisões técnicas — acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo vida)	R0610	0
PT calculadas no seu todo	R0620	0
Melhor Estimativa	R0630	0
Margem de risco	R0640	0
Provisões técnicas — vida (excluindo os seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação)	R0650	0
PT calculadas no seu todo	R0660	0
Melhor Estimativa	R0670	0
Margem de risco	R0680	0
Provisões técnicas — contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0690	0
PT calculadas no seu todo	R0700	0
Melhor Estimativa	R0710	0
Margem de risco	R0720	0
Outras provisões técnicas	R0730	
Passivos contingentes	R0740	0
Provisões que não provisões técnicas	R0750	0
Obrigações a título de prestações de pensão	R0760	70 392
Depósitos de resseguradores	R0770	0
Passivos por impostos diferidos	R0780	0
Derivados	R0790	0
Dívidas a instituições de crédito	R0800	0
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito	R0810	21 693
Valores a pagar de operações de seguro e mediadores	R0820	46 704
Valores a pagar a título de operações de resseguro	R0830	0
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	R0840	405 032
Passivos subordinados	R0850	0
Passivos subordinados não classificados nos fundos próprios de base (FPB)	R0860	0
Passivos subordinados classificados nos fundos próprios de base (FPB)	R0870	0
Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço	R0880	240 839
TOTAL DOS PASSIVOS	R0900	2 364 802
EXCEDENTE DO ATIVO SOBRE O PASSIVO	R1000	5 413 817

S.05.01.02 - PRÉMIOS, SINISTROS E DESPESAS POR CLASSE DE NEGÓCIOS

		CLASSE DE NEGÓCIO: RESPONSABILIDADES DE SEGURO E DE RESSEGURO NÃO-VIDA (ATIVIDADE DIRETA E RESSEGURO PROPORCIONAL ACEITE)											
		SEGURO DE DESPESAS MÉDICAS	SEGURO DE PROTEÇÃO DE RENDIMENTOS	SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO	SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL AUTOMÓVEL	OUTROS SEGUROS DE VEÍCULOS MOTORIZADOS	SEGURO MARÍTIMO, DA AVIAÇÃO E DOS TRANSPORTES	SEGURO DE INCÊNDIO E OUTROS DANOS	SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	SEGURO DE CRÉDITO E CAUÇÃO	SEGURO DE PROTEÇÃO JURÍDICA	ASSISTÊNCIA	PERDAS PECUNIÁRIAS DIVERSAS
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110	C0120
Prémios emitidos													
Valor Bruto - Atividade direta	R0110	6 281 985	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Bruto - Resseguro proporcional aceite	R0120	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Bruto - Resseguro não proporcional aceite	R0130	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parte dos resseguradores	R0140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Líquido	R0200	6 281 985	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prémios adquiridos													
Valor Bruto - Atividade direta	R0210	5 225 428	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Bruto - Resseguro proporcional aceite	R0220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Bruto - Resseguro não proporcional aceite	R0230	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parte dos resseguradores	R0240	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Líquido	R0300	5 225 428	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sinistros incorridos													
Valor Bruto - Atividade direta	R0310	2 324 038	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Bruto - Resseguro proporcional aceite	R0320	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Bruto - Resseguro não proporcional aceite	R0330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parte dos resseguradores	R0340	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Líquido	R0400	2 324 038	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações noutras provisões técnicas													
Valor Bruto - Atividade direta	R0410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Bruto - Resseguro proporcional aceite	R0420	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Bruto - Resseguro não proporcional aceite	R0430	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parte dos resseguradores	R0440	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Líquido	R0500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Efetuadas	R0550	1 646 521	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	R1200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Totais	R1300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

S.05.01.02 - PRÉMIOS, SINISTROS E DESPESAS POR CLASSE DE NEGÓCIOS (CONTINUAÇÃO)

		CLASSE DE NEGÓCIO: RESSEGURO NÃO PROPORCIONAL ACEITE				TOTAL
		ACIDENTES E DOENÇA	ACIDENTES	MARÍTIMO, DA AVIAÇÃO E DOS TRANSPORTES	IMOBILIÁRIO	
		C0130	C0140	C0150	C0160	C0200
Prémios emitidos						
Valor Bruto - Atividade direta	R0110					6 281 985
Valor Bruto - Resseguro proporcional aceite	R0120					-
Valor Bruto - Resseguro não proporcional aceite	R0130	-	-	-	-	-
Parte dos resseguradores	R0140	-	-	-	-	-
Valor Líquido	R0200	-	-	-	-	6 281 985
Prémios adquiridos						
Valor Bruto - Atividade direta	R0210					5 225 428
Valor Bruto - Resseguro proporcional aceite	R0220					-
Valor Bruto - Resseguro não proporcional aceite	R0230					-
Parte dos resseguradores	R0240	-	-	-	-	-
Valor Líquido	R0300	-	-	-	-	5 225 428
Sinistros incorridos						
Valor Bruto - Atividade direta	R0310					2 324 038
Valor Bruto - Resseguro proporcional aceite	R0320					-
Valor Bruto - Resseguro não proporcional aceite	R0330	-	-	-	-	-
Parte dos resseguradores	R0340	-	-	-	-	-
Valor Líquido	R0400	-	-	-	-	2 324 038
Alterações noutras provisões técnicas						
Valor Bruto - Atividade direta	R0410					-
Valor Bruto - Resseguro proporcional aceite	R0420					-
Valor Bruto - Resseguro não proporcional aceite	R0430	-	-	-	-	-
Parte dos resseguradores	R0440	-	-	-	-	-
Valor Líquido	R0500	-	-	-	-	-
Despesas Efetuadas	R0550	-	-	-	-	1 646 521
Outras Despesas	R1200					2 355
Despesas Totais	R1300					1 648 876

S.05.01.02 - PRÉMIOS, SINISTROS E DESPESAS POR PAÍS (NÃO VIDA)

		Pais de Origem
		C0010
Prémios emitidos		C0080
Valor Bruto - Atividade direta	R0110	6 281 985
Valor Bruto - Resseguro proporcional aceite	R0120	-
Valor Bruto - Resseguro não proporcional aceite	R0130	-
Parte dos resseguradores	R0140	-
Líquido	R0200	6 281 985
Prémios adquiridos		
Valor Bruto - Atividade direta	R0210	5 225 428
Valor Bruto - Resseguro proporcional aceite	R0220	-
Valor Bruto - Resseguro não proporcional aceite	R0230	-
Parte dos resseguradores	R0240	-
Líquido	R0300	5 225 428
Sinistros incorridos		
Valor Bruto - Atividade direta	R0310	2 324 038
Valor Bruto - Resseguro proporcional aceite	R0320	-
Valor Bruto - Resseguro não proporcional aceite	R0330	-
Parte dos resseguradores	R0340	-
Líquido	R0400	2 324 038
Alterações noutras provisões técnicas		
Valor Bruto - Atividade direta	R0410	-
Valor Bruto - Resseguro proporcional aceite	R0420	-
Valor Bruto - Resseguro não proporcional aceite	R0430	-
Parte dos resseguradores	R0440	-
Líquido	R0500	-
Despesas Efetuadas	R0550	1 646 521
Outras Despesas	R1200	
Despesas Totais	R1300	

S.17.01.02 - PROVISÕES TÉCNICAS NÃO-VIDA

SEGURO DIRETO E RESSEGURO PROPORCIONAL ACEITE												
	SEGURO DE DESPESAS MÉDICAS	SEGURO DE PROTEÇÃO DE RENDIMENTO	SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO	SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL AUTOMÓVEL	OUTROS SEGUROS DE VEÍCULOS MOTORIZADOS	SEGURO MARÍTIMO, DA AVIAÇÃO E DOS TRANSPORTES	SEGURO DE INCÊNDIO E OUTROS DANOS	SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	SEGURO DE CRÉDITO E CAUÇÃO	SEGURO DE PROTEÇÃO JURÍDICA	ASSISTÊNCIA	PERDAS PECUNIÁRIAS DIVERSAS
	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110	C0120	C0130
Provisões Técnicas calculadas como um todo	R0010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos Montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte associados às provisões técnicas calculadas no seu todo	R0050	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas calculadas como a soma da ME e da MR												
Melhor Estimativa												
Provisões para prémios												
Valor bruto	R0060	846 850	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte	R0140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido da Melhor Estimativa das Provisões para Prémios	R0150	846 850	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para Sinistros												
Valor bruto	R0160	622 169	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte	R0240	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido da Melhor Estimativa das Provisões para Sinistros	R0250	622 169	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da Melhor Estimativa - valor bruto	R0260	1 469 019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da Melhor Estimativa - valor líquido	R0270	1 469 019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Margem de Risco	R0280	111 123	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Montante da dedução transitória às Provisões Técnicas												
Provisões técnicas calculadas como um todo	R0290	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhor Estimativa	R0300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Margem de Risco	R0310	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROVISÕES TÉCNICAS - TOTAL												
Provisões técnicas - Total	R0320	1 580 142	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte - Total	R0330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas menos montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito - Total	R0340	1 580 142	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESSEGURO NÃO PROPORCIONAL ACEITE												
												TOTAL DE RESPONSABILIDADES NÃO-VIDA
												C0180
Provisões Técnicas calculadas como um todo	R0010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos Montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte associados às provisões técnicas calculadas no seu todo	R0050	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas calculadas como a soma da ME e da MR												
Melhor Estimativa												
Provisões para prémios												
Valor bruto	R0060	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	846 850
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte	R0140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido da Melhor Estimativa das Provisões para Prémios	R0150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	846 850
Provisões para Sinistros												
Valor bruto	R0160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	622 169
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte	R0240	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido da Melhor Estimativa das Provisões para Sinistros	R0250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	622 169
Total da Melhor Estimativa - valor bruto	R0260	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 469 019
Total da Melhor Estimativa - valor líquido	R0270	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 469 019
Margem de Risco	R0280	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	111 123
Montante da dedução transitória às Provisões Técnicas												
Provisões técnicas calculadas como um todo	R0290	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhor Estimativa	R0300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Margem de Risco	R0310	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROVISÕES TÉCNICAS - TOTAL												
Provisões técnicas - Total	R0320	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 580 142
Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte - Total	R0330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas menos montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito - Total	R0340	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 580 142

S.19.01 – SINISTROS DE SEGUROS NÃO VIDA

Ano de Acidente / Ano de Subscrição. Z0010: 1

Valores Brutos dos Sinistros Pagos (não cumulativo)

Euros		Ano de Desenvolvimento										Ano em curso		Soma dos Anos (cumulativo)		
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 & +	C0170	C0180		
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110				
Anteriores	R0100												R0100			
	N-9												R0160			
	N-8												R0170			
	N-7												R0180			
	N-6												R0190			
	N-5												R0200			
	N-4												R0210			
	N-3												R0220			
	N-2												R0230			
	N-1		404 542										R0240	48 108	452 650	
	N	1 750 742	48 108										R0250	1 750 742	1 750 742	
													Total	R0260	1 798 850	2 203 392

Ano de Acidente / Ano de Subscrição. Z0010: 1

Valor bruto não descontado da Melhor Estimativa das Provisões para Sinistros

Euros		Ano de Desenvolvimento										Final do Ano (dados descontados)		
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 & +	C0360	
		C0200	C0210	C0220	C0230	C0240	C0250	C0260	C0270	C0280	C0290	C0300		
Anteriores	R0100												R0100	
	N-9												R0160	
	N-8												R0170	
	N-7												R0180	
	N-6												R0190	
	N-5												R0200	
	N-4												R0210	
	N-3												R0220	
	N-2												R0230	
	N-1												R0240	
	N	621 790											R0250	622 169
													R0260	622 169

S.23.01.01 - FUNDOS PRÓPRIOS

		Total	Nível 1 — sem restrições	Nível 1 — com restrições	Nível 2	Nível 3
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050
Fundos próprios de base antes da dedução por participações noutros setores financeiros como previsto no artigo 68.º do Regulamento Delegado 2015/35						
Capital em ações ordinárias (sem dedução das ações próprias)	R0010	2 500 000	2 500 000		0	
Conta de prémios de emissão relacionados com o capital em ações ordinárias	R0030	0	0		0	
Fundos iniciais, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e sociedades sob a forma mútua	R0040	0	0		0	
Contas subordinadas dos membros de mútuas	R0050	0		0	0	0
Fundos excedentários	R0070	0	0			
Ações preferenciais	R0090	0		0	0	0
Conta de prémios de emissão relacionados com ações preferenciais	R0110	0		0	0	0
Reserva de reconciliação	R0130	885 875	885 875			
Passivos subordinados	R0140	0		0	0	0
Montante igual ao valor líquido dos ativos por impostos diferidos	R0160	27 941				27 941
Outros elementos dos fundos próprios aprovados pela autoridade de supervisão como fundos próprios de base, não especificados acima	R0180	2 000 000	2 000 000	0	0	0
Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II						
Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II	R0220	0				
Deduções						
Deduções por participações em instituições financeiras e instituições de crédito	R0230	0	0	0	0	0
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE APÓS DEDUÇÕES	R0290	5 413 817	5 385 875	0	0	27 941
Fundos próprios complementares						
Capital não realizado e não mobilizado em ações ordinárias, mobilizáveis mediante pedido	R0300	0			0	
Fundos iniciais não realizados e não mobilizados, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e as sociedades sob a forma mútua, mobilizáveis mediante pedido	R0310	0			0	
Ações preferenciais não realizadas e não mobilizadas, mobilizáveis mediante pedido	R0320	0			0	0
Um compromisso juridicamente vinculativo de subscrição e pagamento dos passivos subordinados mediante pedido	R0330	0			0	0
Cartas de crédito e garantias nos termos do artigo 96.º, n.º 2, da Diretiva 2009/138/CE	R0340	0			0	
Cartas de crédito e garantias não abrangidas pelo artigo 96.º, n.º 2, da Diretiva 2009/138/CE	R0350	0			0	0
Reforços de quotização dos membros nos termos do artigo 96.º, n.º 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	R0360	0			0	
Reforços de quotização dos membros - não abrangidos pelo artigo 96.º, n.º 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	R0370	0			0	0
Outros fundos próprios complementares	R0390	0			0	0
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES	R0400	0			0	0

		Total	Nível 1 — sem restrições	Nível 1 — com restrições	Nível 2	Nível 3
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050
Fundos próprios disponíveis e elegíveis						
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCS	R0500	5 413 817	5 385 875	0	0	27 941
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCM	R0510	5 385 875	5 385 875	0	0	
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCS	R0540	5 413 817	5 385 875	0	0	27 941
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCM	R0550	5 385 875	5 385 875	0	0	
RCS	R0580	2 541 954				
RCM	R0600	2 500 000				
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCS	R0620	212,98%				
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCM	R0640	215,44%				

		C0060
Reserva de reconciliação		
Excedente do ativo sobre o passivo	R0700	5 413 817
Ações próprias (detidas direta e indiretamente)	R0710	0
Dividendos previsíveis, distribuições e encargos	R0720	0
Outros elementos dos fundos próprios de base	R0730	4 527 941
Ajustamentos para elementos dos fundos próprios com restrições em relação com carteiras de ajustamentos de congruência e fundos circunscritos para fins específicos	R0740	0
Reserva de reconciliação	R0760	885 875
Lucros Esperados		
Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (EPIFP) - Ramo vida	R0770	0
Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (EPIFP) - Ramo não-vida	R0780	24 786
Total dos Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (EPIFP)	R0790	24 786

S.25.01.21 - REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA - PARA AS EMPRESAS QUE UTILIZAM A FÓRMULA-PADRÃO

		Requisito de capital de solvência bruto	Parâmetro específico da Empresa (PEE)	Simplificações
		C0100	C0090	C0120
Risco de mercado	R0010	0		0
Risco de incumprimento pela contraparte	R0020	1 294 224		
Risco específico dos seguros de vida	R0030	0	0	0
Risco específico dos seguros de acidentes e doença	R0040	1 602 529	0	0
Risco específico dos seguros não-vida	R0050	0	0	0
Diversificação	R0060	-598 900		
Risco de ativos intangíveis	R0070	0		
Requisito de Capital de Solvência de Base	R0100	2 297 854	0	0

CÁLCULO DO REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA

		C0100
Risco operacional	R0130	244 100
Capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas	R0140	0
Capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos	R0150	0
Requisito de capital para atividades exercidas nos termos do artigo n.º 4 da Diretiva 2003/41/CE	R0160	0
Requisito de capital de solvência excluindo acréscimos de capital	R0200	2 541 954
Acréscimos de capital já decididos	R0210	0
REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA	R0220	2 541 954
Outras informações sobre o RCS		
Requisito de capital para o submódulo de risco acionista baseado na duração	R0400	0
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocional para a parte remanescente	R0410	0
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocional para os fundos circunscritos para fins específicos	R0420	0
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocional para as carteiras de ajustamento de congruência	R0430	0
Efeitos de diversificação devidos à agregação RCSI dos FCFE para efeitos do artigo n.º 304	R0440	0

S.28.01.01 - REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO - ATIVIDADES DE SEGURO OU DE RESSEGURO APENAS DO RAMO VIDA OU APENAS DO RAMO NÃO-VIDA

COMPONENTE DA FÓRMULA LINEAR RELATIVA ÀS RESPONSABILIDADES DE SEGURO E DE RESSEGURO NÃO-VIDA

		ATIVIDADES NÃO-VIDA C0010
Resultado de RCMNL	R0010	364 297

	Euros	VALOR LÍQUIDO (DE CONTRATOS DE RESSEGURO/EOET) DA MELHOR ESTIMATIVA E PT CALCULADAS COMO UM TODO)	VALOR LÍQUIDO (DE CONTRATOS DE RESSEGURO) DOS PRÉMIOS EMITIDOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES
		C0020	C0030
Seguro de despesas médicas e resseguro proporcional	R0020	1 469 019	6 281 985
Seguro de proteção do rendimento e resseguro proporcional	R0030	0	0
Seguro de acidentes de trabalho e resseguro proporcional	R0040	0	0
Seguro de responsabilidade civil automóvel e resseguro proporcional	R0050	0	0
Outros seguros do ramo automóvel e resseguro proporcional	R0060	0	0
Seguro marítimo, da aviação e dos transportes e resseguro proporcional	R0070	0	0
Seguro de incêndio e outros danos e resseguro proporcional	R0080	0	0
Seguro de responsabilidade civil geral e resseguro proporcional	R0090	0	0
Seguro de crédito e caução e resseguro proporcional	R0100	0	0
Seguro de proteção jurídica e resseguro proporcional	R0110	0	0
Assistência e resseguro proporcional	R0120	0	0
Seguro de perdas financeiras diversas e resseguro proporcional	R0130	0	0
Resseguro não proporcional de acidentes e doença	R0140	0	0
Resseguro não proporcional de acidentes	R0150	0	0
Resseguro não proporcional marítimo, da aviação e dos transportes	R0160	0	0
Resseguro não proporcional de danos patrimoniais	R0170	0	0

CÁLCULO DO RCM GLOBAL

Cálculo do RCM Global		C0070
RCM linear	R0300	364 297
RCS	R0310	2 541 954
Limite superior do RCM	R0320	1 143 879
Limite inferior do RCM	R0330	635 489
RCM combinado	R0340	635 489
Limite inferior absoluto do RCM	R0350	2 500 000

		C0070
Requisito de Capital Mínimo	R0400	2 500 000

2. CERTIFICAÇÃO PELO ATUÁRIO RESPONSÁVEL

ACTUARIAL - Consultadoria

PLANICARE – COMPANHIA DE SEGUROS S.A.

CONCLUSÕES DO RELATÓRIO

**CERTIFICAÇÃO SOBRE A SOLVÊNCIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA E DA
INFORMAÇÃO A PRESTAR À ASF PARA EFEITOS DE SUPERVISÃO**

SITUAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO 2021

Lisboa, 28 de março de 2022

www.actuarial.pt

1. Conclusões e Recomendações

O presente relatório certifica a solvência e a situação financeira da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, prevista na Norma Regulamentar nº 2/2017-R, de 24 de março, tendo em vista o reforço da qualidade e da transparência do reporte e divulgação da informação.

É função do atuário responsável certificar a adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguro e das componentes do requisito de capital relacionadas com esses itens, concretamente o risco de subscrição.

Todos os restantes assuntos relacionados com a solvência e a informação da empresa, como as suas demonstrações financeiras, o risco de mercado, o risco de crédito, o risco operacional, o risco dos ativos intangíveis e a agregação e todos os riscos num índice de solvência, não são da responsabilidade do Atuário-Responsável.

A elaboração do relatório foi feita na qualidade de Atuário-Responsável certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e tendo em vista fornecer uma opinião independente. Este só pode ser analisado no seu conjunto e no contexto e propósito com que foi elaborado, não podendo as suas conclusões ser utilizadas com outros objetivos e/ou em qualquer outro âmbito.

1.1 Aspetos Gerais

Da análise efetuada concluímos pela razoabilidade das melhores estimativas efetuadas das provisões para sinistros e das provisões para prémios. A mesma conclusão foi obtida para os fluxos de caixa futuros apresentados.

Não encontramos limitações ao trabalho efetuado pela Companhia que possam condicionar os cálculos efetuados de forma material.

A Companhia cumpre os critérios necessários ao impacto das técnicas de mitigação de riscos de seguros no cálculo do seu requisito de capital de solvência.

1.2 Conclusões

A empresa satisfaz os requisitos legais em vigor para as provisões técnicas, para os requisitos de capital para a solvência e para os requisitos de capital mínimo para a solvência.

Confirmámos os seguintes valores ao longo da certificação efetuada:

Provisões Técnicas

Vida

Melhor Estimativa (após Dedução Transitória às Provisões Técnicas)	-
Margem de Risco	-
Total	-

Não Vida

Melhor Estimativa	-
Margem de Risco	-
Total	-

Saúde STV

Melhor Estimativa	-
Margem de Risco	-
Total	-

Saúde NSTV

Melhor Estimativa	1.469.019
Margem de Risco	111.123
Total	1.580.142

Total Provisões Técnicas	1.580.142
---------------------------------	------------------

U: Euros

A empresa explora apenas o ramos de Saúde NSTV e não existem recuperações:

Recuperações dos Ramos Vida	-
Recuperações dos Ramos Não Vida	-
Recuperações dos Ramos Saúde STV	-
Recuperações dos Ramos Saúde NSTV	-
Total Montantes Recuperáveis	-

U: Euros

Os produtos da empresa não têm benefícios discricionários futuros.

Benefícios Discricionários Futuros	-
---	---

U: Euros

Requisitos de Capital de Solvência

A empresa não fez ajustamentos de perdas às provisões técnicas.

	Requisito de Capital Líquido	Requisito de Capital Bruto
Riscos Específicos de Seguros de Vida	-	-
Riscos Específicos de Seguros Não Vida	-	-
Riscos Específicos de Seguros de Acidentes e Doença	1.602.529	1.602.529
Ajustamento de Perdas das Provisões Técnicas	-	

U: Euros

A solvência obtida é de 213%, valor este que aumenta para 215% quando são considerados os requisitos para o capital mínimo.

As tabelas seguintes resumem os principais indicadores.

Requisito de Capital para a Solvência (RCS)	2.541.954
Requisito de Capital Mínimo para a Solvência (RCM)	2.500.000
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCS	213%
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCM	215%
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCS	5.413.817
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCM	5.385.875
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCS	5.413.817
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCM	5.385.875

U: Euros

1.3 Recomendações

Na data em que esta declaração é feita ainda não temos a informação do auditor externo sobre as conclusões a que chegou sobre os riscos que são da sua responsabilidade certificar.

As nossas conclusões já foram enviadas aos auditores externos.

Lisboa, 28 de março de 2022

Actuarial - Consultadoria Lda.



Luís Portugal
Sócio-Director

3. CERTIFICAÇÃO PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Planicare – Companhia de Seguros, S.A.

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

31 de dezembro de 2021

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Ao Conselho de Administração da
Planicare – Companhia de Seguros, S.A.

Introdução

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) (Norma Regulamentar), analisámos o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira (Relatório), previsto na alínea a) do artigo 26.º da Norma Regulamentar n.º 10/2020-R, de 3 de novembro, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015, e subsequentes alterações (Informação quantitativa), da Planicare – Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade), com referência a 31 de dezembro de 2021.

O nosso relatório compreende o relato das seguintes matérias:

- A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e sobre a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e sobre o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo;
 - B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação; e
 - C. Relato sobre a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada.
- A. *Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e sobre a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e sobre o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo***

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade o cálculo dos ajustamentos entre a respetiva demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e a classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo submetido à ASF, em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e subsequentes alterações (Regulamento Delegado).

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia razoável de fiabilidade, sobre se os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

De acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da Norma Regulamentar, não é da nossa responsabilidade a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo dos elementos incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável da Entidade, definido no artigo 7.º da mesma Norma Regulamentar.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ("OROC") e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita, com segurança razoável, concluir que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e que o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a reconciliação da informação base utilizada para o cálculo dos ajustamentos com os sistemas de informação da Entidade e a respetiva demonstração da posição financeira estatutária em 31 de dezembro de 2021 objeto de revisão legal de contas, e sobre a qual foi emitida Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, datada de 28 de março de 2022;
- (ii) a revisão de acontecimentos subsequentes ocorridos entre a data da Certificação Legal das Contas e a data deste relatório;
- (iii) o entendimento dos critérios adotados;
- (iv) o recálculo dos ajustamentos efetuados pela Entidade, exceto os referidos no parágrafo seguinte que estão excluídos do âmbito desta certificação;
- (v) a reconciliação da informação base utilizada para os cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2021, com o balanço para efeitos de

solvência, os registos contabilísticos e demais informação mantida nos sistemas da Entidade, com referência à mesma data;

- (vi) a revisão em base de amostragem, da correta classificação e caracterização dos ativos de acordo com os requisitos do Regulamento Delegado;
- (vii) a revisão dos cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2021, efetuados pela Entidade; e
- (viii) a leitura da documentação preparada pela Entidade para dar cumprimento aos requisitos do Regulamento Delegado.

O trabalho realizado não compreendeu a certificação dos ajustamentos efetuados ao nível das provisões técnicas, nem a verificação do cálculo dos requisitos de capital que, conforme definido no artigo 7.º da Norma Regulamentar, são incluídos no âmbito da certificação do atuário responsável da Entidade.

Relativamente aos ajustamentos efetuados ao nível de impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos acima referidos, o trabalho realizado apenas compreendeu a verificação do impacto em impostos diferidos, tomando por base os referidos ajustamentos efetuados pela Entidade.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e incluídos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança razoável, concluímos que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e que o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, à data a que se refere o Relatório (31 de dezembro de 2021), estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade:

- A preparação do Relatório e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 10/2020-R, de 3 de novembro, da ASF; e
- A definição, aprovação, revisão periódica e documentação das principais políticas, estratégias e processos que definem e regulamentam o modo como a Entidade é dirigida, administrada e controlada, incluindo os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno ("Sistema de governação"), os quais devem ser descritos no capítulo B do Relatório, tendo em conta o previsto no artigo 294.º do Regulamento Delegado.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica" e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se o conteúdo do capítulo "Sistema de governação" do Relatório, reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Entidade em 31 de dezembro de 2021.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a apreciação da informação contida no relatório sobre o sistema de governação da Entidade quanto aos seguintes principais aspetos: informações gerais; requisitos de qualificação e de idoneidade; sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência; sistema de controlo interno; função de auditoria interna; função atuarial; subcontratação e eventuais informações adicionais;
- (ii) a leitura e apreciação da documentação que sustenta as principais políticas, estratégias e processos descritos no Relatório, que regulamentam o modo como a Entidade é dirigida, administrada e controlada e obtenção de prova corroborativa sobre a sua implementação; e
- (iii) a discussão das conclusões com os responsáveis da Entidade.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o Relatório (31 de dezembro de 2021), o conteúdo do capítulo “Sistema de governação”, não reflete, em todos os aspetos materiais, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Entidade.

C. Relato sobre a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a preparação do Relatório e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 10/2020-R, de 3 de novembro, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse relatório, conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015, e subsequentes alterações.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre se a restante informação divulgada no Relatório e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada, é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica" e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se a restante informação divulgada no Relatório é concordante com a informação objeto do trabalho do revisor oficial de contas e com o conhecimento obtido durante o processo de certificação.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, a leitura integral do referido relatório e a avaliação da concordância conforme acima referida.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente "Âmbito do trabalho" que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o Relatório (31 de dezembro de 2021), a informação divulgada no Relatório não é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

D. Outras matérias

Tendo em conta a normal dinâmica de qualquer sistema de controlo interno, as conclusões apresentadas relativamente ao sistema de governação da Entidade não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção para períodos futuros, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados e no seu grau de eficácia. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao sistema de controlo interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem que sejam detetados.

5 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC n.º 1138
Registado na CMVM com o n.º 20160750

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões 31 de dezembro de 2021

Planicare – Companhia de Seguros, S.A.
PwC 6 de 6